

III Seminário do *Núcleo dos Direitos*

Universidade Responsável: Perspectiva Acadêmica

4 DE DEZEMBRO DE 2015

Marcando o seu terceiro ano de atividades, o *Núcleo dos Direitos* da Pró-Reitoria de Cultura e Extensão da Universidade de São Paulo promoveu no dia 4 de dezembro o III Seminário do *Núcleo dos Direitos* – UNIVERSIDADE RESPONSÁVEL: PERSPECTIVA ACADÊMICA, que teve como objetivo principal aprofundar a discussão sobre o papel da educação e da universidade na construção da cidadania, reconhecendo que a USP é agente de responsabilidade incontornável neste processo e que a questão dos Direitos Humanos deve se fazer presente de maneira transversal em todas as suas ações.

De caráter científico e acadêmico, o evento se propôs a apresentar pesquisas e reflexões aprofundadas sobre a situação dos direitos fundamentais no âmbito da Universidade e sobre o papel desta na promoção de uma efetiva cultura dos direitos e da cidadania. Concentrada em um único dia, a programação contemplou dois painéis com pesquisadores e docentes, que expuseram suas considerações e suas experiências em relação à transversalidade da diversidade e dos direitos fundamentais nos programas de ensino da USP e sobre a função das atividades de cultura e extensão na defesa e promoção destes direitos. Essas considerações foram sintetizadas em uma comunicação de encerramento apresentada pelos coordenadores dos programas que compõem o *Núcleo dos Direitos*.

1º PARTE: TRANSCRIÇÕES DAS FALAS DA MESA DE ABERTURA

As reflexões humanistas nas universidades

A mesa de abertura contou com as exposições dos professores Rubens Beçak, José Gregori e Maria Arminda. Todos se manifestaram no sentido de elucidar a

NÚCLEO DOS DIREITOS

Universidade de São Paulo.
São Paulo, Brasil

importância dos debates a respeito dos Direitos Humanos e sua relação indissociável com a Universidade. Desse modo, este primeiro momento da publicação comporta as transcrições *ipsis verbis* das considerações iniciais, a começar pelo coordenador do *Núcleo dos Direitos*.

RUBENS BEÇAK coordenador do *Núcleo dos Direitos da Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária da Universidade de São Paulo* e docente da *Faculdade de Direito de Ribeirão Preto (FDRP-USP)*

Muito bom dia a todos. Nós, nesta manhã tumultuada com as manifestações estudantis, queremos cumprimentar todos os presentes, iniciando este *III Seminário dos Direitos*, com todo prazer e orgulho de fazer parte dessa iniciativa proposta pelo *Núcleo dos Direitos* que pretende aperfeiçoar a perspectiva acadêmica. Inicialmente eu saúdo a mesa, a Professora Maria Arminda do Nascimento Arruda, Pró-Reitora de Cultura e Extensão, e, nesse momento, quero suscitar que se trata de um agradecimento duplo: pela possibilidade de ela vir aqui, e por presidir os nossos trabalhos, além de dirigir essa locução inicial. Aproveito para agradecer também o espaço que foi dado ao nosso *Núcleo dos Direitos* junto à Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária, sabendo que o *Núcleo dos Direitos* é uma preocupação constante no dia a dia da Professora Maria Arminda, e que com todas as dificuldades e as injunções de um ano extremamente difícil, com a contensão e uma série de problemas financeiros, ela sempre se preocupa com a perspectiva dos Direitos Humanos, e dessa forma, quero fazer também um agradecimento nesse viés. Igualmente saúdo o nosso querido professor e ministro José Gregori, presente sempre na vida universitária e na nossa vida nacional, se tratando de um grande companheiro de luta pelos Direitos Humanos, que já foi ministro dos Direitos Humanos, já foi secretário dos Direitos Humanos, e atualmente na nossa Universidade, chefia a Comissão de Direitos Humanos, presente em todas as iniciativas capitaneadas na Reitoria, na Pró-Reitoria de Cultura e Extensão. Dessa forma, com grande prazer, o temos compondo a mesa.

Não vou me delongar muito, mas quero cumprimentar todos os presentes, a nossa querida Professora Maria Amélia aqui e todos os presentes. Depois farei uma saudação específica durante os trabalhos, aos nossos coordenadores, às nossas equipes técnicas de programas, estagiários, monitores, mas vou deixar isso mais pra frente.

Neste momento, é importante mostrar, nem que seja em uns poucos minutos, a relevância dos Direitos Humanos e como isso dialoga conosco na Universidade, mais especificamente na Universidade de São Paulo. O tema de Direitos Humanos se tornou algo normal e constante, de modo que nós olhamos para eles, com a mesma normalidade que enxergamos aparatos de nosso cotidiano como os móveis presentes na nossa sala: as cadeiras, as portas, ou as luminárias que estão a nossa volta. Nós acostumamos a pensar nos Direitos Humanos como algo assim, porém qual seria o papel do *Núcleo dos Direitos* da Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária da USP? É exatamente problematizar que, para além deste viés que nós observamos, os Direitos Humanos no nosso dia a dia, existem Direitos Humanos que muitas vezes nós não damos conta, e esses seriam exatamente os Direitos Humanos que nós trabalhamos no *Núcleo dos Direitos*.

São aqueles direitos que têm a ver com a questão de tentar provocar uma situação de igualdade e de isonomia, problematizando o que nós somos, sob espectro de aspectos dados pela natureza humana, pela junção da história, e pelas condições das culturas locais. Muitas vezes este viés fica afastado do julgamento dado pela sociedade, e o *Núcleo dos Direitos* procura trabalhar esta questão: parar de pensar as desigualdades e trazer todos para o plano da igualdade e da isonomia, e assim objetivar um mundo mais plural, tendo a consciência de que se ele for mais plural, ele será mais justo, e se ele for mais justo, será mais democrático.

Quero saudar o Professor José Ricardo Ayres, primeiro coordenador do *Núcleo dos Direitos*, e que fora também nosso pró-reitor adjunto. Ele foi o primeiro presidente, e depois foi sucedido pela Professora Lucia Filgueiras, e, por chamamento da Professora Maria Arminda, eu passei a ser o coordenador atual.

Nós temos programas que trabalham todas essas perspectivas: sejam da terceira idade, sejam da diversidade em todos os seus aspectos, sejam da questão do trabalho visto em outras perspectivas que não a perspectiva tradicional do lucro, (está aí o Professor Reinaldo que é um ás nesses assuntos). Trabalhamos também a questão da integração das comunidades no entorno da USP, e atualmente problematizamos o porquê de não pensar também a integração dos outros espaços em outros campi da universidade, tentando superar a questão da diferença física, e da questão da diferença mental. Todos estes programas são de extrema relevância.

Nós temos um programa integrado mais recentemente que recebia financiamento da CAPES, que era uma iniciativa da Pró-Reitoria de Cultura e Extensão: o *programa Novos Talentos*. Atualmente, nós estamos trazendo esse programa também para um financiamento direto e uma locação na Pró-Reitoria de Cultura e Extensão sob o nome “*USP Abraça a Escola*”, pelo motivo de que o projeto não pode ter o mesmo nome que tem na CAPES.

Então vejam a importância de nós discutirmos isso tudo. Isso tudo em prol de uma sociedade melhor, e mais inclusiva.

Aproveito, em último lugar, mas não menos importante, para saudar a ilustre presença do nosso Secretário Municipal Adjunto de Direitos Humanos, Professor Guilherme Almeida, colega nosso da Universidade de São Paulo, e que também participará do primeiro painel da manhã. Então, sem mais delongas, depois eu terei a oportunidade junto aos coordenadores de dar mais informações. Dessa forma, desejo um excelente dia de trabalho a todos, nesse dia difícil, mas que nosso seminário seja muito profícuo, muito prolífico em discussões. E isso tudo, saudando a iniciativa da Pró-Reitoria de Cultura e Extensão. Obrigado.

JOSÉ GREGORI *presidente da Comissão de Direitos Humanos da Universidade de São Paulo, ex-presidente da Comissão Municipal de Direitos Humanos de São Paulo (2005-2010), Ministro da Justiça (2000-2001) e Secretário Nacional dos Direitos Humanos (1997-2000)*

Meus companheiros de mesa, Professora Maria Arminda, Professor Rubens Beçak, meus amigos e minhas amigas: quero dizer que estou muito honrado e satisfeito por

ter sido lembrado para ser um participante desta mesa de abertura, que, de certa maneira, é uma forma cultural de concordar em gênero, número e grau ao que vai se passar, isso é uma forma de ser uma testemunha da procedência e utilidade das discussões que foram muito bem organizadas pelo *Núcleo dos Direitos*. Quero, do fundo do coração, agradecer este convite e ao mesmo tempo dizer que é motivo, na minha perspectiva de militante modesto dos Direitos Humanos, de júbilo cada vez que se acende uma luz no campo dos Direitos Humanos para refletir sobre os seus meios de melhoria, de correção, e de beneficiar cada vez mais pessoas com a sua bandeira.

Gostaria de transmitir uma inquietação que o tema desta manhã, "Universidade Responsável", me despertou. Estou chegando à fase iniludível dos cabelos brancos, sem ter conseguido entender o mistério: por que nós, na aventura humana, já não nos projetamos perfeitos e acabados? Por que essa necessidade de partirmos praticamente do zero e termos que ir nos construindo? Por que as coisas já não pouparam essa aventura penosa de termos de acrescentar, quase que a cada hora, cada dia certamente, conhecimentos, hábitos e melhorias?

Não encontrei ainda nenhuma resposta, seja no campo filosófico ou no campo religioso. E a verdade é que enxerguei nesse que seria um destino inexorável, a colaboração de vários fatores que nos ajudam nessa construção de nós mesmos, um deles é o fator dos Direitos Humanos. Na realidade ele tem agido secularmente como um fator capaz de corrigir injustiças, de suprir insuficiências, de estimular expansões e melhorias. Acredito que nesse percurso das cavernas ao telefone celular, os Direitos Humanos foram um estímulo a que procurássemos os espaços de melhoria, por onde a humanidade foi deixando sua condição de pouca utilização da inteligência para a época atual em que tudo passa por ela.

Sem dúvida, um desses espaços de melhoria ao longo da história foi a Universidade. E essa ideia de responsabilidade se relaciona à Universidade, porque a responsabilidade busca atribuir consequências às coisas, ou melhor, fugir da inconsequência. A responsabilidade projeta as forças no sentido de construção e de utilidade. Responsabilidade entendida como forma que o indivíduo não prejudica nem a si e nem ao meio, seja na esfera material ou humana, em que ele esteja inserido. Quando a mãe, a respeito de um jovem filho, diz que ele é muito responsável, ela quer dizer que ele não é inconsequente, mas que tem noção de deveres e segue um prumo no sentido de tornar útil aquilo que faz.

Acredito que pelo fato da Universidade, ao longo da história, ter sido um desses espaços onde se reflete e se produz melhorias – muitas delas que se incorporaram à história dos Direitos Humanos –, é necessário cultivar essa noção de responsabilidade como antítese da inconsequência e da gratuidade. A Universidade não produz fumaça, cujo único objetivo é perder-se entre as nuvens, mas produz algo para auxiliar na construção de nós mesmos, da qual citei anteriormente. A Universidade deve auxiliar nessa marcha ainda que penosa, às vezes lenta, mas sempre fascinante, do nosso afastamento das cavernas. Nesse sentido, precisa ser responsável porque necessita produzir melhorias. Modernamente, se está procurando unir a esse sentido de responsabilidade, também a ideia de que a responsabilidade implica em uma certa obrigação de dar respostas, de manter um diálogo, de estar colado a alguma coisa que

não signifique ausência ou distanciamento das necessidades. Sejam as necessidades que cada um tem dentro de si, sejam as necessidades que cada um possui dentro de uma coletividade. Ainda não se encontrou para essa nova dimensão da responsabilidade um bom termo, alguns o utilizam em inglês, mas nenhum é satisfatório para identificar com exatidão esse novo compromisso que ela assume.

Acredito que a USP vem procurando cumprir a ideia de Universidade Responsável nessa dupla dimensão. Primeiro, não produzir fumaça, mas produzir algo com consequências, que realmente venha a beneficiar as pessoas, seja como unidades pessoais, seja como unidades inseridas dentro de um contexto social, portanto no contexto cidadão. Mas também vem procurando viver, antes mesmo de haver um tratado teórico a respeito disso, essa nova dimensão da responsabilidade e a necessidade de dar respostas, de estar colado a uma realidade, de manter um diálogo com a sociedade.

A minha experiência "uspiana" mais direta é de um ano de presidência da Comissão de Direitos Humanos, com a parceria do *Núcleo dos Direitos* e a cumplicidade pessoal de vários colegas da USP, sendo justo destacar o papel da professora Maria Armin-da Nascimento Arruda. A verdade é que temos enfrentado problemas que existiam dentro da Universidade e que estavam repercutidos nas páginas dos jornais e noticiários de televisão. Desde Outubro do ano passado, temos procurado, sem alardes, e dentro de uma perspectiva primordialmente dos Direitos Humanos, encontrar encaminhamentos que diminuam a taxa de violência que se materializou em alguns fatos lamentáveis nas faculdades.

Mas, de qualquer maneira, nessa perspectiva de que uma Universidade deve ser consequente, que não pode fugir ao diálogo e da sua relação com as necessidades do meio em que esta inserida, acredito que mais uma vez os Direitos Humanos tem cumprido nesses 12 meses um papel, que nos deixa nesse fim do ano, época em que se costuma fazer balanços, com resultados não considerados superavitários, mas que certamente não foram deficitários. A situação melhorou, ainda que não seja uma situação totalmente satisfatória, pela qual continuamos trabalhando.

Esses resultados foram possíveis um pouco porque um grupo mais limitado, como a Comissão de Direitos Humanos e o *Núcleo dos Direitos*, avoca ou recebe essa missão de conduzir o processo de uma forma mais direta. Mas é claro, se a responsabilidade não tiver uma capilaridade e não encontrar eco em outros setores da USP e nos demais setores que vivem a vida universitária, conclui-se que sozinho consegue-se nada ou muito pouco. Acredito que muita coisa que está ocorrendo ultimamente tem natureza pioneira e/ou realmente registrável como coisas importantes, principalmente numa hora como essa. O que o professor que irá ocupar essa tribuna mais tarde faz na Faculdade de Direito, no Centro Luiz Gama, é algo muito importante, por exemplo.

Acredito que o programa que está em execução, *USP Segura*, obedece rigorosamente a um novo olhar. Em que, a partir da perspectiva dos Direitos Humanos, dada a inserção geográfica do campus, hoje no meio do povo, não pode deixar de contar com um corpo de segurança, não pode deixar de ter um tipo de polícia. Sem dúvida que se iniciou praticamente do zero, sem aceitar fórmulas tradicionais e automáticas, tudo foi precedido de muita discussão e reflexão sobre o que seria possível, adequado e responsável em um conjunto de faculdades em termos de dar segurança e policiamento.

Ainda é uma experiência que não se concluiu, mas que partiu do zero do ponto de vista de que os conceitos que se tinha a respeito de polícia e segurança tiveram de ser inteiramente repassados e confrontados com os princípios de Direitos Humanos.

Sem dúvidas, isso mostra que atualmente o tema "Universidade Responsável" tem trazido à discussão com muita inspiração pelo *Núcleo dos Direitos*, não é algo que seja meramente ornamental, mas é algo que está sendo vivido nas experiências concretas pelas quais está passando a USP.

Finalmente, quero dizer que o mais importante é que este idoso teimoso não perdeu confiança nos Direitos Humanos, por força não de ter lido nem de ter ouvido, mas de ter vivido, asseguro que se trata de um grande instrumento do mundo moderno, para unir mais as pessoas, torná-las mais justas e colocá-las ainda mais distantes das cavernas.

MARIA ARMINDA DO NASCIMENTO ARRUDA *Pró-Reitora de Cultura e Extensão da Universidade de São Paulo (2010-2015) e docente da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH-USP)*

Muito obrigada, bom dia. Eu quero cumprimentar muitíssimo e agradecer o Dr. José Gregori, por aceitar participar da abertura deste evento tão importante no âmbito da Pró-Reitoria, e dizer que eu nem preciso expressar minha amizade, meu carinho, minha admiração pelo trabalho dele, este monumento da vida pública brasileira, que é a prova de que ninguém envelhece quando sonha, pois o sonho é exatamente a garantia de que estamos jovens, e você é um jovem, ministro, muito jovem.

Eu quero cumprimentar o Prof. Rubens Beçak, coordenador do *Núcleo dos Direitos*, a Profa. Maria Amélia, diretora da Faculdade de Enfermagem, a Profa. Lilia Schraiber, o Prof. Guilherme de Almeida, e especialmente ao meu grande amigo Prof. José Ricardo Ayres. Quero cumprimentar todos os presentes, aos coordenadores, aos funcionários, a todos aqueles que estão envolvidos com o *seminário* e com o tema, ao Eduardo, o assistente da Pró-Reitoria, à Verônica, e a uma pessoa presente que eu conheço desde quando este era pequeno que é o Prof. Raul, a quem agradeço muito a participação.

Bom, este *seminário* tem um nome muito adequado: *Universidade Responsável, Perspectiva Acadêmica*. Então eu parto minhas reflexões do título desse *seminário*. A relação entre Universidade e direitos teve uma longa evolução ao decorrer do tempo, já que quando as universidades surgem, o tema dos direitos e sua problemática não estava sequer presente. Essa questão começa a surgir, sobretudo, no século XVIII, e passou a ter uma maior confluência nos anos mais recentes. Uma confluência muito feliz, uma vez que a universidade pública é o lugar do abrigo de todas as questões fundamentais da vida pública e da vida social, ou pelo menos deveria ser.

Este *Núcleo dos Direitos*, que foi construído na gestão anterior, teve uma participação fundamental do José Ricardo, em um momento no qual ainda não estavam claras para ninguém todas as questões dos direitos no âmbito da Universidade, ou melhor, explicitamente falando, de violação dos direitos. Honestamente falando,

naquele momento, nós tínhamos questões que estavam ligadas à reorganização da Pró-Reitoria: havia núcleos ligados à Pró-Reitoria, soltos em vários lugares na Cidade Universitária. Eu própria tomei conhecimento desses núcleos depois de já estar há alguns meses sendo a principal responsável pela Reitoria. E é claro que isso envolvia algumas medidas que eram as de organizar esse conjunto, mesmo esse não sendo o motivo central, pois o motivo central, do meu ponto de vista, estava alocado em uma percepção mais difusa do que unívoca entre os membros da gestão sobre o que era o problema central no âmbito da Universidade. E havia também um problema de cunho conceitual da qual é uma questão muito comum entre os sociólogos, especialmente dentre as ciências sociais, e não tão comum entre os antropólogos, que era a ideia da junção, isto é, a ideia de que à medida que você junta coisas semelhantes você emula algo que pode ter condições de transformar aquilo numa coisa importante. Ou seja, as coisas quando aumentam quantitativamente dão um salto qualitativo. Então, é claro que havia, sim, naquela seara, na minha perspectiva, uma questão conceitual, um vírus sociológico bom e ruim. É preciso primeiramente um entendimento mais claro possível do que é o problema, antes de agir.

Naquele momento (e foi então um trabalho muito grande que o José Ricardo fez), havia alguns programas em funcionamento, outros muitos já tinham sido desativados e alguns outros estavam em processo de fencimento. O programa que era o *Avizinhar*, que virou o *Aproximação*, já tinha sido desativado. O programa *USP Legal* estava em um processo de ocaso, porque ele não tinha ações muito vigorosas do ponto de vista da Universidade.

Por outro lado, havia um programa que parecia central construir que era o *USP Diversidade*. Sobre essa questão, antes da proposta, já tinha um grupo que estava discutindo as atitudes homofóbicas na USP e que teve um financiamento da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência, dos quais os recursos seriam devolvidos por alegação de não ser útil, ou algo do tipo (esse grupo tinha sido construído no âmbito da Pró-Reitoria de Cultura). Quando eu percebi isso, disse: “Isso é um tema fundamental, nós temos que desenvolver, do ângulo da Universidade, ações no que diz respeito ao respeito às diversidades”. Ele começou privilegiando a questão do combate à homofobia, depois a questão de gênero e finalmente, agora, com o Prof. Ricardo Alexino, trabalhando também as questões de natureza étnica.

Havia também uma questão que estava sendo tratada no âmbito das ações da Dr. Eunice Prudente, e havia a Comissão de Direitos Humanos que estava lá no CEUMA e da qual não sabíamos muito bem como poderia atuar. De lá pra cá, muita coisa foi emulada. Os programas que de fato funcionavam e poderiam ser chamados de direitos completamente eram dois: o *Terceira Idade*, que é uma coisa notável e que sobreviveu pela energia pessoal dessa figura emérita que é a Profa. Eclea Bosi, figura que merece todo respeito e reverência da Universidade, e o programa do Reinaldo, o *Economia Solidária*. Confesso que eu demorei muito para entender a economia solidária dentro da Universidade, eu não entendia muito bem o que esse programa fazia. Eu tinha várias discussões com o Reinaldo, até que um dia eu comecei a perceber, sobretudo, num evento que a Pró-Reitoria fez em Mogi das Cruzes e eu estava indo pra um jantar, tinha um som de um piano maravilhoso, e eu olhei e era o Reinaldo

tocando. Ele falou: “Venha tomar um uísque comigo”. E de repente eu compreendi, o piano me deixou mais relaxada. Entendi que uma universidade tem que ter uma utopia, ou melhor, ela tem que abrigar uma utopia como uma ação direita. Porque, claro, no âmbito da universidade, as utopias, eram utopias correntes, que permeavam o grupo de professores e dos funcionários e, sobretudo dos estudantes, mas um programa dirigido para se pensar essa questão. Porém, economia solidária sob o espectro de capitalismo mais abstrato? O que isso significa?

De lá pra cá outras coisas nós fizemos. Veio o programa da primeira infância, só que esse não frutificou, e está agora está sendo recuperada numa outra chave, que é essa discussão em parceria com a Prefeitura de São Paulo que são as ações voltadas à primeira infância. Também criamos o programa *Novos Talentos*, que teve um financiamento da CAPES, que agora tem esse nome bonito: *USP Abraça A Escola*, e esse programa que a Profa. Vera, da Física, coordena, que conflui com as propostas do Raul, ligadas à educação pós-secundária, que é uma organização internacional da qual participam várias instituições universitárias importantes no mundo, e ligada à UNESCO. E agora, o Raul propôs que o seminário se realizasse em 2017 aqui na USP, para debatermos essas questões no âmbito internacional. E o meu amigo, o Dr. José Gregori estava na Comissão de Direitos Humanos, para que essa comissão seja realmente o grande guarda-chuva do debate sobre direitos.

Essa foi rapidamente a história desse *Núcleo*, que nasceu da conjuntura dessas questões. Então, nós começamos a pensar nesse *Núcleo* em 2010, e em 2012 ele foi inaugurado, período no qual ele tem realizado muitas ações até esse *Terceiro Seminário*.

Eu creio que quando se pensa a origem desse *Núcleo*, logo se pensa na missão de juntar as ações da Universidade no campo dos Direitos, temos a ambição que essa área seja uma área que tenha grande significado dentro da Universidade. Nessa seara, há muitas questões de várias ordens aí envolvidas, até porque isso envolve toda uma redefinição do que pensávamos tradicionalmente sobre o que era a função da Universidade, isto é, a Universidade voltada, sobretudo, para a formação. Porém, atualmente o que ficou presente de forma aguda na sociedade contemporânea é que não se faz mais uma formação sem absorver as questões centrais do mundo. Panorama da qual é difícil de convencer um grande número de pessoas dentro da Universidade. Hoje, pode-se verificar até uma mudança do que seria a profissão, encontrando-se muita dificuldade falar hoje em profissões que sejam muito bem definidas. O que é uma profissão hoje? Poucos anos atrás nós tínhamos isso muito claro, a profissão de advogados, de médicos etc. A nossa (do professor universitário) sempre foi meio difusa (por isso não dei como exemplo), pois tem a beleza de ser difusa. Aliás, o que pode parecer uma desvantagem é uma desvantagem relativa, pois admite outras vantagens, problematiza *a maneira de estar no mundo*, que envolve diretamente a compreensão da complexidade do mundo atual.

Então, em primeiro lugar, conseqüentemente, não se forma mais alunos de qualidade se nós não absorvermos esses debates. Do ponto de vista acadêmico, acredito que a reflexão é o que vai distinguir a Universidade, a capacidade de pensar o mundo. E essa proposta está na origem da USP, mesmo que isso tenha se perdido em larga medida, até por conta da predominância de uma visão mais técnica e profissionalizada

de Universidade. A função do *Núcleo* também estava muito imbuída da ideia de tentar resgatar essa proposta.

Essa questão, que envolve essa nova dimensão da formação, ocorre no momento de afirmação da ideia de direitos, e de tendências para uma construção maior de consciência social a respeito não só da violação dos direitos, mas até da ruptura dos direitos. E a Universidade deparando-se com isso, por ser uma instituição social, fica totalmente imersa nesse novo direcionamento das tendências, ou seja, o que acontece fora da Universidade, acontece dentro também, a exemplo das questões de violência. Em minha opinião, não deveriam. Por isso que essa temática também é tão central, pois esse fenômeno é presente.

Então, eu gosto muito daquele livro do Saramago, *O Evangelho Segundo Jesus Cristo* (eu tenho muitas referências literárias. Primeiro, porque sou filha de escritor, e em segundo lugar porque eu leio muita literatura. Não leio tanto quanto gostaria, mas gosto muito do Saramago), que tem o momento em que Jesus entra num barco, no mar da Galileia e pergunta para o Pai: “Por que eu tenho que passar tantas provações?”. E aí Deus vai contando, que Ele vai ser crucificado, vão persegui-lo, fala da inquisição, das guerras de religião etc., e então Deus fala: “É porque eu sou um pequeno Deus, de um pequeno povo e que quero ser um grande Deus de um grande povo”. Na verdade, claro que isso é uma ruptura total na noção de Deus pela separação do céu e da terra. Porém, quando Deus começa a crescer o diabo começa a crescer junto. Claro, só existe demônio porque existe Deus, só existe Deus também porque existe o demônio. Então quando nós afirmamos direitos, é claro que há um momento de transição difícil, pelo menos espero que seja só uma fase e que passe logo, de aparecimento de violação de direitos. E isso, é claro que está dentro da Universidade. O que faz com que uma Universidade seja responsável é que seja uma Universidade que enfrente essa questão, e a USP está se preparando para enfrentar, pelo *Núcleo dos Direitos*, pela comissão, por uma política de segurança responsável etc. Por isso que esse título, *Universidade Responsável*, é tão feliz, porque junta as duas coisas.

E pensando como o grande Max Weber, sobre a relação da ética da responsabilidade com a ética da convicção, pode-se chegar a um raciocínio que, para a Universidade, a ética da responsabilidade envolve naturalmente uma ultrapassagem das nossas convicções mais pessoais, sob a pena de não se produzir mais reflexão, isto é, apenas se manter apenas no mesmo nível do existente. Eu sempre uso a expressão: “Universidade não é sintoma social dominante”, porque, se não, a Rede Globo faria muito melhor que nós por meio das telenovelas, a Universidade deve ser pensada como agência produtora de reflexão. Nesse ínterim, verifica-se uma polarização, pois várias agências têm aparecido como produtoras de reflexão (comumente, as redes, por exemplo, são isso). Entretanto, na mesma medida em que aumentou o número de pessoas informadas, aumentou também o número de mal informadas, isto é, sabe-se muito sobre muitas coisas, mas sabe-se mal. É claro que verificamos algum avanço aí, porque antes poucos sabiam muito, porém agora, essa é uma questão decisiva, que a Universidade tem que refletir sobre seus posicionamentos.

E qual é a grande questão da Universidade? É que a área de direitos envolve convicções? Aliás, tudo envolve convicções. Mesmo a ciência mais experimental está

baseada, pelo menos, numa convicção de que é possível conhecer o mundo e dominar o mundo. Ontem eu me lembrei de uma frase do grande semiólogo Barthes que vou repetir: “A ciência é grosseira, a vida é sutil e a literatura existe exatamente para tentar fazer alguma aproximação”. A vida é muito sutil, porém encontra-se alguma convicção na ciência de que o mundo é passível de ser conhecido e o ser humano pode conhecê-lo cientificamente. E, quanto mais se buscar conhecer do mundo, mais ficamos enredados em dilemas, os quais, de fato, residem na base de qualquer conhecimento.

No entanto, o grande drama quando essas questões atingem a Universidade é a certa confusão do que é convicção ou não, e, dessa forma, não se abrir espaço reflexivo suficiente que seja amplo e mais diferenciado. Por isso que o título desse seminário, “Universidade Responsável: Perspectiva Acadêmica” é para tentar, em minha opinião, exatamente fazer com que haja uma confluência entre as nossas convicções e a nossas responsabilidades. E aí eu louvo o *Núcleo dos Direitos*, e o Prof. Rubens, por esse título.

Eu aqui de novo falo sem ser uma profunda estudiosa da área, mas tendo a ter uma grande preocupação com ela, pois não só abriga todas as formas de direitos, mas institui uma coisa que eu prezo muito, que é essa ideia básica do humano. O humano deve estar acima de todas as diferenças. Por isso, a expressão *Direitos Humanos* não é uma expressão deslocada diante da multiplicidade dos direitos, porque nós temos que voltar a pensar essa questão. Deve-se verificar que a humanidade é diversa, e que essas diferenças não possam ser entendidas como desigualdades. Lidar com a diversidade é muito mais enriquecedor do que imaginar que a nossa maneira de estar no mundo é a maneira mais legítima de estar no mundo. Está claro que aqui há um problema.

Hoje, nós vivemos uma extrema fragmentação da ideia dos direitos. Isso é compreensível, haja vista a ocorrência de tantas violações de direitos. O limite do qual eu fiquei sabendo foi relatado por minha sobrinha, uma jovem advogada e juíza, falando a respeito de guarda compartilhada, e eu falei que achava isso um grande avanço do direito de família, e para os direitos das crianças, até que ela me interrompeu me informando que não se tratava de crianças, mas sim de bichos, mais especificamente de cachorros, e de que há uma legislação sobre essa matéria. Eu sou de origem agrária, e pessoalmente detesto qualquer violência contra qualquer animal, porém, verificasse que nós chegamos ao momento de quase nos escapar a ideia de que direitos são construções, e de nível superior, das quais não podem ser banalizadas, pois elas vão ao próprio âmago do que seria a diferenciação do que é o humano. Mesmo esse bicho homem fazendo tantas coisas horríveis, de modo a nos proporcionar muita desesperança. Lembrando a poesia do Bandeira: “dá uma sensação de desesperança absoluta”. E esse país precisa muito de gente que saiba pensar o país, e o tema dos direitos se encaixa em um desses campos.

Então, essa fragmentação é um tema importante, porque, atingindo o limite, ela vai impossibilitar o diálogo. Eu vou afirmar tanto a respeito da minha identidade, que estamos chegando ao limite das identidades individuais como afirmações. Então nós vamos construir novas formas de intolerâncias. Eu acho que esse é um tema importante a ser debatido também. E esses temas são os temas da Universidade. Eu espero que da Universidade de São Paulo e desse *Núcleo dos Direitos*, saiam muitas ações públicas, porque essa é a vocação originária da USP e que em certos momentos

se perdeu. Acho que não se perdeu totalmente, mas ela ficou imersa, porque ficou submetida a outras preferências que foram justas também.

Então a ideia de que a Universidade é o lugar de que dá espaço a só uma determinada forma de saber e de pesquisa são importantes, ou que é lugar só do avanço tecnológico, traz uma perda civilizacional, e no limite torna a Universidade como algo socialmente inútil. A Universidade é o lugar da reflexão ampla desse bicho que saiu das cavernas, tão complicado, que é o humano. Então, se nós ficarmos fragmentando, vamos instituir novas formas de intolerância. E isso, eu acho, é uma questão central do debate também, e ao mesmo tempo em que nossa maneira de pensar, como nossas convicções devem conviver ao lado de outras convicções, em nome de uma ética superior, que é a ética da responsabilidade.

Creio que este *Núcleo* não caiu na cilada da diferenciação ilimitada, que é o título de um livro de um amigo, um sociólogo Antônio Flavio Pierucci, que faleceu há pouco tempo, precocemente, e chama “Ciladas da Diferença”. E ele era um militante dos direitos. Há algumas ciladas também e essas ciladas não são despiciendas no tratamento dessa questão, creio eu. Muito obrigada.

2° PARTE: ARTIGOS DOS PARTICIPANTES

Os Direitos Humanos enquanto norte para a vivência universitária

As questões levantadas pelo III Seminário do Núcleo dos Direitos dividiram-se em duas mesas de debate e versaram sobre a temática proposta a partir de exemplos práticos ocorridos na Universidade de São Paulo e princípios teóricos que os embasam. Aqui, reúnem-se os textos realizados pelos docentes integrantes das conferências a fim de integrar e consolidar os pensamentos desenvolvidos durante as apresentações.

Mesa — O Ensino na USP e Os Direitos Humanos: A Transversalidade da Diversidade e dos Direitos nos Programas de Ensino

A proposta desta mesa é entender a educação dos Direitos Humanos e da diversidade em todos os campos do conhecimento, contrapondo-se ao pensamento majoritariamente positivista, cognitivo, que enfatiza a formação compartimentalizada e eurocêntrica. Será discutido em que medida a diversidade e os Direitos Humanos são projetos ainda em elaboração no ensino da USP.

Mediador

RICARDO ALEXINO FERREIRA coordenador do Programa USP Diversidade do Núcleo dos Direitos, pesquisador do Núcleo de Apoio a Pesquisas e Estudos Interdisciplinares sobre o Negro Brasileiro (NEINB) e docente da Escola de Comunicações e Artes da USP (ECA-USP)

A mesa *O ensino na USP e os Direitos Humanos: a transversalidade da diversidade e dos direitos nos programas de ensino* teve como principal proposta abordar a educação dos Direitos Humanos e da diversidade em todos os campos do conhecimento, contrapondo-se ao pensamento majoritariamente positivista, cognitivo, que enfatiza a formação compartimentalizada e eurocêntrica. Foram apresentados os efeitos das leis 10.639 (que versa sobre o ensino da história da África e da cultura afro-brasileira) e 11.645/08 (que enfatiza o ensino da cultura indígena), no ensino superior e, também, a diversidade e os Direitos Humanos como projetos ainda em elaboração no ensino da USP.

Compuseram a mesa Dilma de Melo Silva, que é membro do Conselho Científico do Núcleo de Apoio à Pesquisa dos Estudos Interdisciplinares sobre o Negro Brasileiro (NEINB-USP) e da Comissão da Verdade da Escravidão Negra da OAB-SP e docente aposentada da ECA-USP; Guilherme de Assis Almeida, que é secretário-adjunto da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania da Prefeitura de São Paulo, presidente da Associação Nacional de Direitos Humanos, Pesquisa e Pós-graduação (ANDHEP) e docente da Faculdade de Direito da USP; José Ricardo de Carvalho, docente da Faculdade de Medicina da USP, tendo sido, também, Pró-reitor-adjunto de Extensão Universitária da USP (201-2014) e coordenador do Núcleo dos Direitos da USP (2012-2014). A mesa teve coordenação de Ricardo Alexino Ferreira, docente da ECA-USP e coordenador do programa *USP Diversidade, do Núcleo dos Direitos* da USP.

Todas as falas procuraram entender qual o lugar dos Direitos Humanos no ensino da USP e nas relações interpessoais cotidianas. Nesse sentido, Dilma de Melo Silva destaca a necessidade de cumprimento das Leis 10.639 e 11.645, que enfatizam o ensino de história da África e culturas afro-brasileira e indígena, respectivamente. Para ela, o princípio da universidade deve ser o de inclusão e integração e não ênfase em uma história única.

Dilma de Melo ainda destaca que as relações étnicas no Brasil são tensas e excludentes e nesse sentido a educação é essencial no processo de formação de qualquer sociedade, que é um princípio destacado na implantação dessas leis. Cita, ainda, o geógrafo Milton Santos, importante pensador das relações étnico-raciais e a sua interseção com a Geografia, que chamava à atenção que o modelo eurocêntrico havia se tornado o paradigma da sociedade brasileira, impossibilitando a formação do cidadão pleno brasileiro.

A dinâmica da universalidade e das particularidades foi a abordagem da fala de Guilherme de Assis Almeida. Para ele, toda ação passa por essa dinâmica e exige pensar os direitos de inclusão em seus aspectos universais e particulares. Aborda, ainda, que a própria Declaração Universal dos Direitos Humanos traz o contraditório ao se referir à questão do gênero quando enfatiza o termo “homens” em sua abordagem. Em sua fala, ele propõe que o *Núcleo dos Direitos* tem o desafio do diálogo e que as suas ações ocorram em conjunto, apesar de sua estrutura segmentada.

José Ricardo de Carvalho enfatiza a necessidade de transversalidades na graduação. Para ele, essa ainda não é uma realidade dentro da USP. Como exemplo, cita a Faculdade de Medicina da USP, onde apenas duas disciplinas, uma no Departamento de Medicina Legal e outra no Departamento de Medicina Preventiva, realizam algumas propostas vinculadas às questões da diversidade e dos Direitos Humanos.

Ele pensa a questão dos Direitos Humanos em três dimensões. A primeira é a necessidade de pensar os Direitos Humanos como recurso operacional, proposto pelo Estado para a defesa das particularidades dos segmentos da diversidade. A segunda é pensar os Direitos Humanos em um horizonte ético, e a terceira dimensão apontada por ele é a construção do conhecimento dos Direitos Humanos em um sentido epistemológico.

Todas as falas expostas demonstram uma preocupação em vincular os Direitos Humanos e as questões da diversidade no contexto do ensino da USP, não como algo pontual, mas de forma transversal. A mesa aponta que existe um desafio conjuntural para esse tipo de incremento, porém urgente e necessário.

Debatedores

DILMA DE MELO SILVA *membro do Conselho Científico do Núcleo de Apoio a Pesquisas e Estudos Interdisciplinares sobre o Negro Brasileiro (NEINB), da Comissão da Verdade da Escravidão Negra da OA-SP e docente da Escola de Comunicações e Artes da USP(ECA-USP)*

No prefácio da 2ª edição do livro *The myth of the negro past*, o autor Melville Herskovits escreve: “... e o negro americano, ao descobrir que tem um passado, adquire uma segurança maior de que terá um futuro”.

A afirmação pode ser aplicada, perfeitamente, à realidade do negro brasileiro ainda nos dias de hoje, em pleno século XXI, pois os currículos escolares de História da Arte, em sua maioria, estão direcionados aos temas e conteúdos norte-americanos e europeus. A historiografia brasileira, escrita a partir da visão hegemônica dos vencedores, omite ou deforma o passado do segmento negro-africano.

O desconhecimento total da História da África leva à crença de que ela começou com as invasões europeias. Contudo, antes disso, no continente africano existiram grandes reinos que atingiram níveis elevados de conhecimento que, ainda hoje, podem ser comprovados pela linguística, pela arqueologia e pela tradição oral.

A África aparece como um espaço vazio, cuja História se inicia apenas com a chegada dos europeus. Sociedades e culturas, pensamentos e concepções filosóficas, os valores civilizatórios devem ser conhecidos, pois os africanos, arrancados de seus territórios durante o período do tráfico, eram portadores de cultura e profundos conhecedores de seu meio ambiente, detentores de saberes e competências.

Mas para “legitimar” a escravidão criou-se uma ideologia eurocêntrica que aponta o africano como não portador de conhecimento, como “selvagem” ou “primitivo”. Aos europeus caberia a tarefa de propiciar os valores europeus aos “nativos” – o etnocentrismo agindo nessa “missão civilizadora”. Na verdade, o processo de espoliação colonial foi brutal, milhões de seres foram arrancados de seus domicílios, suas famílias dizimadas, suas riquezas levadas para a Europa (marfim, látex, minério, madeira, produção artística), além da sangria demográfica provocada na maioria das regiões, onde se concentrou o tráfico.

Para justificar essa dominação, várias estratégias são utilizadas; em exposições realizadas em museus europeus sobre o Egito, o país é retirado da África e colocado na área de “Culturas Mediterrâneas”, junto a artefatos etruscos, gregos e romanos.

A diáspora africana para o continente americano foi um dos maiores movimentos migratórios populacionais de toda a história da humanidade. O sequestro de aproximadamente 11 milhões de pessoas oriundas das mais variadas regiões do continente africano sustentou a economia europeia com a organização do sistema mercantilista, a partir do século XV. A chegada dos primeiros africanos na costa brasileira data do século XVI, experimentando um crescimento exponencial nos séculos seguintes.

Estudos revelam que foram trazidos ao Brasil aproximadamente 40% (quarenta por cento) do contingente de africanos escravizados nas Américas, resultando atualmente numa população de 96,8 milhões* de afrodescendentes, o que coloca o Brasil como o maior país negro fora do continente africano no planeta.

Durante o período colonial, os escravizados não gozavam de *status* jurídico de cidadão, sofrendo toda sorte de maus tratos, castigos e ameaças por parte de seus “donos”, os latifundiários que compunham a elite da sociedade colonial. Mesmo com a pressão imposta a estas pessoas, os escravizados desenvolveram respostas, como por exemplo, a formação dos chamados mocambos, além de revoltas e sabotagens.

O Quilombo dos Palmares foi considerado por alguns historiadores como a primeira República Livre das Américas. Os primeiros relatos da existência de Palmares remetem ao final do século XVI. Localizado na Serra da Barriga, na divisa entre os atuais estados de Alagoas e Pernambuco, o quilombo era formado inicialmente por escravizados dos engenhos de açúcar que fugiam para Palmares em busca da sua liberdade. Palmares tinha uma estrutura política, econômica e social, deixando um legado de resistência de quase um século aos ataques do poder colonial europeu.

No final do século XIX, o movimento abolicionista ganhou força através da publicação de artigos em jornais, debates no Parlamento e o convencimento pelas vantagens econômicas que o fim da escravidão poderia trazer à economia brasileira. Havia uma ebulição dos chamados “quilombos” que obrigavam, por exemplo, a província do Estado de São Paulo a empenhar 25% (vinte e cinco por cento) de todo o seu orçamento para o pagamento de despesas com a captura de escravizados considerados fugitivos. Além das negociações políticas e das discussões dos parlamentos, havia um forte protagonismo da população negra que reagia à escravidão das mais diversas formas.

O Quilombo do Jabaquara que se estendia pela atual região do ABC Paulista e da Serra do Mar era apoiado por uma ampla rede de militantes que auxiliavam nos planos de fugas das fazendas de café. Neste sentido, a resistência dos africanos e seus descendentes ao sistema escravista não foi considerada pela história oficial que evidenciava apenas os processos e heróis construtores da Nação na figura dos europeus e seus descendentes.

Enorme é a dívida de nossa sociedade em relação aos nossos irmãos africanos. O legado africano em nossas instituições sociais e em nosso comportamento é inegável, pois a chamada *cultura brasileira* é brasileira pelo que retém da africana, os traços de afetividade, de hospitalidade, de comensalidade e criatividade são elementos possíveis de serem citados e reconhecíveis.

* Dados relativos às categorias “preto” e “pardo” respondidos pelos cidadãos no Censo Demográfico de 2010 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A Política de Educação Étnico-racial

O Brasil do início do século XIX sofreu mudanças no seu panorama social através do processo de independência política da metrópole portuguesa. A nação recém-criada necessitava de novas instituições. A Constituição outorgada por Dom Pedro I, em 1824, previa, através da Lei Complementar nº 14/1837, um dispositivo que proibia que os negros frequentassem as escolas públicas.

A legislação que complementava a primeira Constituição Brasileira só foi revogada a partir da Proclamação da República no final do século XIX. Isto significou também a negação da possibilidade de desenvolvimento intelectual dos negros “alforriados” ou “libertos”.

A Constituição de 1988 trouxe um importante axioma, ao preconizar a educação pública como um direito subjetivo de todos os cidadãos a ser perseguido pelo Estado brasileiro. Um dos principais desafios da educação no Brasil consiste em aproximar os textos legais dos resultados concretos das políticas públicas educacionais.

Uma das importantes reivindicações dos movimentos sociais negros, desde o final da década de 1970, referia-se à baixa escolarização da população negra, que relegava toda uma geração de homens e mulheres ao subemprego e a condições desfavoráveis de vida no campo e nos grandes centros urbanos brasileiros. A desigualdade no acesso à educação entre negros e brancos é um grande problema a ser resolvido que advém da abolição da escravidão e que não previu nenhum tipo de reparação ou integração dos ex-escravizados na economia competitiva que gradualmente se desenvolveu no século XX.

Mesmo com os avanços significativos no acesso às vagas para as crianças no Ensino Fundamental nas décadas de 1980 e 1990, com taxas de cobertura de mais de 90%, os ativistas e educadores dos movimentos sociais negros argumentavam que os estudantes conheciam quase nada ou muito pouco sobre o continente africano e mesmo sobre a história dos afrodescendentes no Brasil.

Toda esta situação também alimentava o preconceito racial e a exclusão dentro e fora do ambiente escolar. A contribuição civilizatória do elemento negro para a formação da sociedade brasileira deveria ser objeto de estudo no currículo escolar em todos os níveis de ensino para a efetivação dos ideais de igualdade democrática.

Após décadas de tramitação e discussões, o Congresso Nacional aprovou em 2003, a Lei 10.639/03 que modifica da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 1996) e obriga as redes públicas e privadas de ensino a instituir a história e a cultura africana e afro-brasileira no currículo escolar em todos os níveis de ensino.

A Lei que obriga o ensino destas temáticas, sancionada em 2003, foi uma conquista, mas sua implementação não está disseminada nas escolas brasileiras e ainda é aplicada de maneira tímida na maioria das escolas brasileiras. A aplicação de conteúdos de forma transversal – em todas as disciplinas – ocorre de forma lenta em todas as redes escolares: municipais, estaduais e particulares.

A literatura sobre avaliação de aprendizagem é permeada por grandes debates a respeito da mensuração do sucesso ou fracasso na apreensão de conteúdos. A inclusão da população negra no espaço escolar ocorreu somente a partir da segunda metade do século XX nas séries iniciais. Os efeitos do racismo são comprovados pela distorção *idade x série* que ainda afeta com muito mais intensidade as crianças e jovens negros.

A condição étnico-racial e socioeconômica pode influenciar decisivamente na reprovação ou aprovação de um determinado conjunto de alunos.

O abandono escolar é uma das mais significativas questões para as unidades escolares. As suas causas podem ser endógenas, como, por exemplo, a discriminação racial, ou exógenas como, por exemplo, a pobreza que pressiona as crianças e adolescentes ao trabalho infantil. Idealmente, as taxas de abandono escolar deveriam ser pequenas ou próximas de zero, porém as pesquisas indicam que ainda há um significativo abandono nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio. Quer sejam pelas causas endógenas ou exógenas, os adolescentes e jovens negros são os maiores afetados pelo abandono escolar. Esta situação prejudica as suas chances de obter trabalho decente e remunerações melhores ao longo da vida.

A Universidade como Polo de Inclusão e de Responsabilidade Social

O papel da universidade na sociedade deve ser objeto de discussão permanente, uma vez que a produção e a difusão do conhecimento necessitam ser espraiadas de maneira democrática, auxiliando o progresso não somente técnico-científico, mas que também contribuam para o avanço das liberdades e da inclusão social.

Ainda que as políticas de inclusão social sejam objeto de um amplo debate na academia, a universidade não pode prescindir da sua vocação de polo irradiador de novas ideias e soluções para os grandes desafios sociais.

As ações afirmativas são definidas como: “tratamento diferenciado de uma subclasse ou grupo de modo a melhorar suas possibilidades de obter um bem particular ou de assegurar-lhe parte de determinados bens” (TOMEI, 2004. s/p.). A autora revela ainda que as ações afirmativas têm diferentes nomenclaturas em diversas partes do planeta onde são adotadas como política pública. Países como Estados Unidos, Canadá, Índia, Malásia, África do Sul e Irlanda do Norte têm algum tipo de ação afirmativa que visa garantir direitos de minorias na sociedade com oportunidades educacionais, geração de renda e outras questões relacionadas à saúde, habitação, entre outras.

As ações afirmativas estão baseadas no resgate da cidadania a determinados grupos historicamente excluídos do acesso a bens materiais e simbólicos de uma sociedade.

Houve um amplo debate público sobre a adoção das cotas nas últimas décadas, mesmo após o Brasil ser signatário da Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Conexas de Intolerância de Durban, em 2001, que determina aos governos dos Estados-membro a promoção de políticas de ações afirmativas para os grupos vulneráveis. O partido político Democratas entrou com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN) questionando a legalidade das ações afirmativas aplicadas em centenas de universidades brasileiras à época, gerando uma intensa mobilização de ativistas dos movimentos sociais negros que culminou no indeferimento da ação impetrada por unanimidade no Supremo Tribunal Federal.

A Lei 12.711/12 estabeleceu a implantação do sistema de reserva de 50% das vagas em todas as IFES (Instituições Federais de Ensino Superior) para estudantes de

escolas públicas, sendo metade delas reservadas a candidatos negros. O texto da legislação aprovada prevê que estas instituições devem aumentar progressivamente o número de vagas para o sistema de cotas, até o alcance da meta em todos os cursos.

Gráfico 1 – Distribuição dos (as) estudantes do ensino superior, de todas as idades - Brasil



O quadro acima (ROSEMBERG; MADSEM, 2011. pp. 390-424) demonstra o aumento significativo da participação de mulheres e homens negros no meio acadêmico.

Isso posto, só nos resta desejar que a USP, através de suas inúmeras instâncias, possa reverter o quadro descrito, discutindo e implementando novas políticas inclusivas. Deixando de lado o critério da meritocracia que só favorece os “bem nascidos” que puderam cursar um Ensino Fundamental e Médio de qualidade.

Parabenizamos os organizadores deste evento e esperamos que o debate em torno destas ideias continue e contagie os docentes que ocupam cargos decisórios em nossa Universidade.

GUILHERME DE ASSIS ALMEIDA *secretário-adjunto da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania da Prefeitura de São Paulo, Presidente da Associação Nacional de Direitos Humanos, Pesquisa e Pós-Graduação (ANDHEP) e docente da Faculdade de Direito da USP (FD-USP)*

Primeiramente, só um esclarecimento importante: eu fui presidente da ANDHEP (Associação Nacional de Direitos Humanos, Pesquisa e Pós-Graduação) e, no dia 27 de outubro desse ano, eu fui nomeado secretário-adjunto de Direitos Humanos e Cidadania da Prefeitura de São Paulo. E, para minha surpresa, durante a fala de hoje eu estarei equilibrando três papéis: eu falo como professor da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, do Departamento de Filosofia e Teoria Geral do Direito, mais especificamente como professor da pós-graduação em Direitos Humanos, falo como ex-presidente da Associação Nacional de Direitos Humanos (ANDHEP), e como atual secretário-adjunto de Direitos Humanos e Cidadania da Prefeitura de São Paulo, essa cidade que já tem mais de 11 milhões de habitantes, sendo que Portugal possui 10 milhões, levando a crer que São Paulo seja uma cidade-país.

Porém, a reflexão que eu queria fazer aqui no tempo que me foi dado seria a respeito da tensão que nós temos no campo dos Direitos Humanos entre universalismo, particularidades regionais, e outras demais diversidades. Dessa forma, irei propor possibilidades de tentativa para equacionar esse tipo de tensão.

Não posso deixar de falar da minha experiência vivencial que eu tive ontem no campo dos Direitos, quando eu assisti à entrevista coletiva do Ministério Público e da Defensoria Pública dada na sede do Ministério Público em São Paulo, que tinha como propósito prestar esclarecimentos à população a respeito da ação civil pública que foi encaminhada pleiteando a sustação do projeto de reorganização das escolas do Governo de São Paulo. Meu objetivo aqui não é tomar partido a favor de nenhum lado, mas sim queria problematizar que, afinal de contas, para que serve a Constituição Federal e o Estatuto da Criança e Adolescente? E respondo, serve para pautar ações, então não é o que o chefe de gabinete da Secretaria de Educação falou (e foi gravado) que seria para propor uma guerra contra os estudantes. Afinal de contas, quem está certo e quem está errado? Temos uma Lei Maior (como diria Habermas, a constituição é nossa pátria), perante uma situação de evidente tensão, da qual ainda não acabou. Ultimamente, o Governo do Estado mostrou alguma disponibilidade de diálogo, mudando o seu interlocutor para o Edson Aparecido, e anunciou uma audiência pública (pelo visto, ainda só anunciada). Assim, para equacionar essa questão, pode-se identificar a lei como uma forma de equilíbrio, assim como no campo dos Direitos Humanos.

Lembrar aqui a nossa Declaração Universal dos Direitos Humanos, que já completou 67 anos, e, veja, essa declaração é o momento em que se protagonizou pela primeira vez a palavra Universal, como dirá no seu artigo 1º: “todos os homens nascem livres e iguais em dignidade e direitos, e devem agir em relação ao outro com Espírito de Fraternidade”. Lógico que essas três palavras: liberdade, igualdade e fraternidade ecoam a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, de 1789, porém, cumpre-se salientar que tanto à Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão quanto à Declaração de 1948 têm uma questão de gênero por trás. A Declaração de 1789 não incluía mulheres, tanto é que a feminista Olympe de Gouges foi guilhotinada ao propor que a declaração abarcasse as mulheres também. Quanto à Declaração de 1948, o CLADEM (Comitê Latino-Americano e do Caribe para a Defesa de Direitos da Mulher) pleiteou mudar o artigo 1º para que se incluía a palavra “mulheres” no texto legal. Falando nisso, existe uma história muito interessante que ouvi na França, que em 1898, no caso Dreyfus, na época que foi criada a Liga de Direitos do Homem, houve um debate entre uma feminista francesa e um dos senhores que participou da referida Liga. A feminista indagava: “olha, porque que é Liga dos Direitos do Homem e não é Liga dos Direitos Humanos? Então, se o capitão Dreyfus fosse uma mulher, ela seria presa”? Dessa forma, o senhor respondeu: “Caso o capitão Dreyfus fosse uma mulher, a Liga não seria criada”.

O momento pós-Declaração de 1948 foi o que se preocupou trazer para a realidade a proteção dessas pessoas e delinear uma forma histórica que, no âmbito do Direito Internacional dos Direitos Humanos, provocou a especificação e a contextualização

do chamado “sujeito de direitos”. Eu não quero entrar numa discussão minuciosa da questão de sujeito de direitos em respeito à plateia, mas enfim, eu tenho escrito sobre isso, tenho lido sobre isso, e quem tiver interesse depois eu passo a literatura. Assim, a primeira convenção internacional dos direitos humanos é a Convenção Internacional do Estatuto do Refugiado, que hoje virou tema da comunidade nacional e internacional, do qual o refugiado, por meio de um ato declaratório do Estado, passa a ser conhecido dentro de um contexto específico. Depois vamos ter a Convenção Internacional para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, e aí observe que tanto a Convenção do Estatuto do Refugiado, quanto a Convenção de Eliminação da Discriminação Racial abandonam a perspectiva do coletivo (pré-1948), do qual fazia uma definição coletiva de refugiados, e assumiram uma perspectiva de proteção das minorias na época da Liga das Nações, ou seja, a definição deixa de ser algo generalizante, para algo que tenta focar no indivíduo em si.

Dessa forma, no âmbito dos Direitos Humanos, a partir dessa mudança de perspectiva, foram criadas várias convenções especificamente temáticas que visaram alcançar a proteção de uma dada classe de sujeito de direitos, como: a Convenção Contra a Tortura e Outras Formas de Tratamento Degradante; a Convenção para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher; Convenção Internacional dos Direitos das Crianças; a Convenção Internacional para Proteção dos Deficientes Físicos; a atualmente debatida na arena internacional Convenção Internacional dos Direitos do Idoso; a Convenção Internacional do Trabalhador Migrante, da qual a comunidade europeia decidiu por unanimidade não aderir; e, por fim, da Convenção do Trabalho Doméstico da Organização Internacional do Trabalho, de que, inclusive, foi a causa de se concretizar a regularização do trabalho doméstico no Brasil.

Portanto, temos essa questão do diverso e do plural no âmbito internacional dos Direitos Humanos, sendo que o desafio posto seria: “qual poderia ser a forma mais adequada de lidar com Universal?”. E daí, eu me valho da sábia definição do meu digníssimo e saudoso Prof. Goffredo da Silva Telles que explicava que o Universo se depreende da interação do uno versus a área, isto é, o uno no meio da diversidade, levando a conclusão de que a diversidade é uma característica inerente do Universal. Já Hannah Arendt afirmava que diversidade é a lei da terra, não dando possibilidade em não pensar no diverso quando se pensa no Universal. Falando em Hannah Arendt, eu sempre me lembro dela em um debate do qual um amigo alemão participou em que esse meu amigo afirmou: “depois da Segunda Guerra, e da Declaração Universal, eu tenho vergonha de ser alemão”, e Arendt respondeu: “Desculpe, mas na verdade eu tenho vergonha de ser humana”.

Enquanto participamos desse debate, a COP-20 está sendo discutida em Paris, do qual nós começamos as negociações via Prefeitura com o intuito de fazer um programa que seja mais focado na qualidade do que na quantidade, a respeito do abrigo de refugiados sírios. Essas questões de refugiados ou questões referentes às mudanças climáticas não são exclusivas de nenhum país em específico, ou seja, certos problemas coletivos não irão ser resolvidos de forma individual, e quando falo “indivíduo” não me refiro apenas às pessoas físicas, mas também de pessoas jurídicas, como, por exemplo, o Estado. Dessa forma, acredito que estamos em um momento de quebra

de paradigmas em relação a compensar o coletivo, e que existem vários projetos que enfocam os específicos sujeitos de direitos, porém deve-se admitir que há um déficit de sororidade em relação a eles.

Então, quando eu entro na Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania da Prefeitura de São Paulo, vejo a Coordenadoria da Juventude, a Coordenadoria da Criança e Adolescente, Coordenadoria da Pessoa Idosa, Coordenadoria do Direito à Memória e à Verdade, Coordenadoria do Direito à Cidade, Assessoria do Trabalho Decente, Assessoria de Drogas, e o meu desafio teórico e prático é o mesmo: como vamos colocar juntas todas essas diferentes áreas? E aí vejo que o *Núcleo dos Direitos* tem justamente esse mesmo desafio. Ao menos no ambiente geográfico esse passo foi dado, porém, o *Núcleo dos Direitos* tem seis ações diferentes: o *Aproxima-Ação*, a *Incubadora*, o *Novos Talentos*, o *USP Terceira Idade*, o *USP Diversidade*, e *USP Legal*, e o desafio de unir todos esses setores continua sendo o mesmo, isto é, o desafio do diálogo.

Nós estamos em um momento em que cada dia tem-se uma novidade diferente: da delação do Delcídio à cassação do Cunha, e, além do processo de impeachment, teremos provavelmente antes do Natal mais três novas delações, do Delcídio, a do Cerveró e do Andrade Gutierrez. Então, o que os Direitos Humanos podem nos ensinar sobre diálogo, se é que eles podem ensinar alguma coisa? Eu acho que podem, porém essa perspectiva não é teórica.

Eu fico pensando na questão do idoso, porque essa questão do envelhecimento não pode ser compreendida sem entender outras questões. Um problema gravíssimo e recorrente na cidade como um todo é a violência contra o idoso. Hoje no Brasil temos o Estatuto do Idoso, o Estatuto da Criança e Adolescente e o Estatuto da Juventude. E muitos problemas de violência contra o idoso são cometidos por jovens, muitos deles com interesse único de se aproveitar do dinheiro, com a ideia de que o idoso não vai produzir mais nada na vida, usando de violência para se aproveitar de seus bens. Dessa forma, não tem como se fazer a defesa do Idoso sem minimamente uma conversa intergeracional. Então, falando como ex-presidente da Associação Nacional de Direitos Humanos, Pesquisa e Pós-graduação, nós tínhamos no início da criação (em 2004), da área de Direitos Humanos, o apoio da Fundação Ford para três programas de Direitos Humanos: na Universidade de São Paulo, na Universidade Federal da Paraíba, e na Universidade Federal do Pará. E vejam, a AMBEHP surge concomitante a isso, pleiteando que Direitos Humanos fossem tratados como uma área interdisciplinar, da qual a Fundação CAPES (Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) não aceitou, e então a matéria de Direitos Humanos entrou na área de concentração da Ciência do Direito. E aí o curso da Faculdade de Direito, em que eu estou até hoje, criou uma abertura interdisciplinar, por exemplo, no âmbito da Filosofia do Direito, só devendo-se aceitar estudantes que tenham feito a graduação de Direito, já na área interdisciplinar de Direitos Humanos pode-se aceitar qualquer estudante. Já em 2011, não conseguimos junto à CAPES uma criação de uma área interdisciplinar de Direitos Humanos, porém conseguimos que Direitos Humanos entrasse na área interdisciplinar da CAPES, resultando uma enorme conquista, possibilitando, por exemplo, a criação do *Diversitas*, coordenado pela professora Zilda Márcia Gricoli Iokoi. E observe que o desafio continua o mesmo: como elencar todas as pessoas pra conversar?

Eu sempre me surpreendo positivamente como ex-presidente da ANDEHP, quando fazemos os encontros, do qual um dos últimos, realizado em 2 de outubro de 2015, a respeito de um projeto, feito junto com minhas colegas Maíra e Marta Machado da FGV, que criou o site www.massacredocarandiru.com.br, e no final, no dia que completava 23 anos do massacre, foi feito um Seminário Internacional de Pesquisa em Prisão, recebendo pessoas de todo o Brasil. Naquele dia, conseguimos conversar tanto com acadêmicos, quanto com gestores, o que aponta para uma possibilidade de diálogo na área, da qual interessa militantes, professores, pesquisadores, acadêmicos em geral e gestores.

Dessa forma, eu acho muito interessante que cada um desses seis projetos do *Núcleo dos Direitos* pensasse em qual seria um tema guarda-chuva adequado que pudesse unir esforços. Eu direi então qual que é o tema guarda-chuva que eu estou construindo via Prefeitura e que será lançado nas próximas semanas como uma iniciativa local para prevenção da violência. Meu tema de doutorado foi “Direitos Humanos Não Violência”, e, dessa forma, eu tenho essa questão com a prevenção da violência, que incide em casos tanto do qual a Prefeitura decide reduzir a velocidade nas grandes avenidas para evitar mortes, tanto do qual a Prefeitura decide fechar a Paulista, ou outras avenidas, para estimular a convivência, de modo a prevenir a violência. Portanto, é um tema dos Direitos Humanos e que pode ser trabalhado por todas as coordenadoras da minha Secretaria, e, dessa forma, acredito que também seja uma tarefa de diálogo interno do *Núcleo dos Direitos* pensar nesse tema guarda-chuva que possa congrega esforços. Afinal de contas, diálogo é mais um tema de exercício cidadão do que um tema de reflexão teórica.

JOSÉ RICARDO DE CARVALHO MESQUITA AYRES *docente da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (FM-USP), foi Pró-Reitor Adjunto de Extensão Universitária (2010-2014) e Coordenador do Núcleo dos Direitos da PRCEU-USP (2012-2014)*

É uma alegria participar desta mesa do III Seminário do *Núcleo dos Direitos*, por razões diversas, inclusive afetivas; por minha ligação com a história do *Núcleo*, relações de companheirismo com seus componentes, mas especialmente pela importância que vejo no trabalho que ele desenvolve e que reflete compromisso com uma das grandes responsabilidades da Universidade. A criação do *Núcleo* na gestão da Profa. Maria Arminda do Nascimento Arruda, à frente da Pró-Reitoria de Cultura e Extensão, representou, com efeito, uma importante iniciativa, agregando trabalhos que já vinham sendo desenvolvidos, reorganizando outros, criando novas atividades, propiciando criar sinergias e colaborações que fortaleceram os programas e abriram novos horizontes para lidar com o aspecto dos direitos no âmbito da Universidade. Sinto, portanto, muito orgulho de ter participado do início de suas atividades e de poder acompanhar e participar de algumas atividades, como é o caso do presente *seminário*.

O tema dos direitos remete à tensão existente entre o universal e a diversidade. Desde a criação do *Núcleo* esse é um tema que permeia nossas discussões. Nesse sentido, por ocasião do seu lançamento, incluímos no material de difusão de sua criação uma frase de Boaventura de Souza Santos, muito inspirada e inspiradora, e que, de certa forma, resume a posição que prevalece entre seus responsáveis: "lutar pela

igualdade sempre que as diferenças nos discriminem e lutar pelas diferenças sempre que a igualde nos descaracterize" [1]. Fico feliz de que até hoje esse mote acompanhe as publicações do *Núcleo* e esteja presente aqui como questão para ser debatida de diferentes formas no *seminário*.

O tema que foi proposto para minha participação diz respeito à transversalidade da questão da diversidade e dos direitos no campo da educação, da formação, e me parece fundamental. Especialmente em certas áreas de graduação oferecidas pela USP, embora não apenas nelas, configura-se como discussão estratégica mesmo, com efeitos que se farão sentir, inclusive, a médio e longo prazo. Refiro-me especificamente à formação para as profissões da Saúde e, em particular, à Medicina, onde leciono e, portanto, onde está localizada minha maior experiência. Aqui todo o diálogo com a questão dos direitos é urgente e necessário.

Eu gostaria de apontar, inicialmente, que é possível delimitar três dimensões nas quais vejo a relação entre direitos e o ensino de graduação. A primeira delas é a dos direitos como um recurso operacional, um instrumento jurídico [2]. Isto é, com base na noção de Direitos Humanos e em toda uma história política na qual se foram definindo as responsabilidades dos estados nacionais com sua promoção ou proteção, através, inclusive, de documentos vinculantes de alcance internacional, os direitos se tornaram um recurso para que as pessoas defendam as suas prerrogativas e interesses, seja frente ao próprio estado, ao público, ao outro. Esta já é uma dimensão muito relevante e praticamente ausente dos conteúdos curriculares de nossas graduações. Na minha experiência pessoal, entre outras razões para sua ausência, está a dificuldade de lidar com o tema sob essa perspectiva, especialmente quando não somos experts no assunto. Há aqui certa tecnicidade que é de difícil manejo para "leigos" e que imprime na sua abordagem em aulas ou discussões certa superficialidade e aridez, tornando-a desinteressante para alunos que não da área do Direito, como a Medicina.

Mas também há uma segunda dimensão que talvez não exija tanta experiência técnica e que é igualmente importante, que é a perspectiva mais universal dos Direitos Humanos, na medida em que eles conformam um horizonte ético e político que, de uma forma ou de outra, nos diz respeito a todos, e se coloca mais claramente como um horizonte que nos localiza a todos nas relações com o outro e conosco [3]. Essa é uma dimensão dos Direitos que podemos e devemos levar ativamente aos nossos alunos: o que devemos querer para nós e para os outros? O que podemos querer para nós e para os outros? Como fazê-lo? Como se vê, aqui o horizonte dos Direitos diz mais respeito à reflexão sobre o aspecto ético, moral e político das nossas ações. E é nesse ponto que eu vou centrar a minha exposição, assentada em minha experiência na Faculdade de Medicina.

A terceira dimensão diz respeito aos Direitos como uma perspectiva capaz de, na sua relação com outras áreas que não a propriamente jurídica, levar à construção de novos conhecimentos e, importantíssimo, novas formas de produzir e validar o conhecimento. Isso porque os Direitos podem fornecer um horizonte alternativo para construirmos juízos sobre o real, sugerir novas formas de perguntar e, portanto, obter novos tipos de resposta. Exemplifico com o campo da Saúde. Aqui temos nos acostumado a formular perguntas sobre o que é saúde e o que é doença, tomando

por referência certos padrões de desempenho fisiológico tidos como desejáveis, mas sem nunca pararmos para nos perguntar que critérios nos levaram historicamente a valorizar positivamente ou negativamente esses padrões fisiológicos, ou o que os determina para além dos fenômenos que avaliamos já no plano mais localizado do corpo e da individualidade [4]. Os Direitos, considerados como reflexo de certas condições de que não se pode privar as pessoas, não poderiam ser uma referência, pela sua presença ou ausência, para avaliarmos positivamente o quanto estão relacionados com o adoecimento ou com a proteção contra ele? Não poderia também nos orientar sobre quais seriam as melhores formas de cuidar dos problemas de saúde ou preveni-los, isto é, ajudando-nos a escolher estratégias mais em acordo com a proteção e promoção dos direitos de grupos populacionais e de indivíduos? [5].

Como, porém, o tema central aqui é o ensino da graduação, não vou falar tanto da questão do conhecimento, vou me centrar na questão dos Direitos como princípio ético, moral e político, a segunda dimensão a que me referia anteriormente.

Pode-se imaginar a dificuldade de trazer o tema de Direitos Humanos para um espaço como o da formação. Na ementa do seminário já se apontava o positivismo, o tecnicismo como uma limitação, um desafio para um modo de pensar uma universidade orientada à perspectiva dos Direitos Humanos. No campo médico isso é extremamente forte. Se há um lugar onde a ciência e a tecnologia vêm progressivamente substituindo o espaço de pensamento e reflexão crítica, o espaço político, no sentido de produção do comum, esse lugar é o das ciências e tecnologias médicas. Aqui a linguagem da fisiopatologia, a tradução da experiência cotidiana com a saúde e com a doença em termos de suas expressões positivamente aferíveis e controláveis no orgânico é a norma – para o bem e para o mal. Então é uma área que mais e mais, mesmo quando as intenções são as mais humanistas, torna-se refratária a discursos não controláveis ao modo de variáveis e experimentos.

Os alunos já chegam do vestibular, na verdade, com essa visão, de que o que precisam na sua formação é essa orientação científica para o domínio de tecnologias, e é muito difícil estabelecer uma interlocução com outros temas. Essa é uma dificuldade que a gente sabe se repetir em escolas médicas de diversas partes do mundo, não é uma experiência só brasileira. Por isso mesmo no mundo todo se vê hoje, em contrapartida, um interessante movimento de resistência a esse exagero tecnicista, uma tentativa não de abandonar os avanços técnicos (o que, se não fosse impossível, seria de todo indesejável), mas de superar os limites e danos produzidos por esse tecnocientificismo exagerado – apesar de lá, como aqui no Brasil, serem movimentos ainda bem incipientes, frágeis [6].

No caso do Brasil, para dar um exemplo, trago informação de um trabalho publicado no Congresso Brasileiro de Educação Médica de 2017, que estudou os resumos apresentados às edições desse evento no período de quatro anos, entre 2007 e 2010. Nesses quatro congressos foram apresentados 3.651 trabalhos. Desses, apenas 23 faziam alguma menção, ou nos seus títulos ou nos seus resumos, a Direitos Humanos. Por aí nós podemos ter um indício do baixo grau de penetração deste tipo de discussão no ensino médico.

Na USP não é muito diferente. Na Faculdade de Medicina da USP talvez apenas dois

dos dezenove Departamentos estejam mais atentos à temática dos Direitos nas suas disciplinas, um é o de Medicina Legal, Ética Médica, Medicina Social e do Trabalho, e o outro o de Medicina Preventiva, do qual eu faço parte. É verdade que em tempos recentes houve algum aumento na sensibilidade para incorporação dessa discussão na Faculdade de Medicina. Alguns incidentes sérios, alguns mais amplamente conhecidos pelo público, tornaram evidentes problemas nas próprias relações de alunos, professores e funcionários, como violência sexual, discriminação contra homossexuais e racismo. Lembro-me de que, ao assumir a presidência da Comissão de Cultura e Extensão da Faculdade de Medicina, em 2007, pensei que essa instância deveria ter um projeto, um programa formativo para oferecer à instituição. A identificação do norte a ser perseguido não demorou muito, pois, pouco tempo depois de ter assumido a presidência da CCEX, houve uma festa no Centro Acadêmico durante a qual alguns estudantes, buscando promover uma intervenção dos alunos no espaço físico do CAOC, com a melhor das intenções, trouxeram pinéis e tintas para que as pessoas se expressassem nas paredes com dizeres ou pinturas, enfim, que dissessem o quisessem dizer. Mas para os próprios promotores da “performance” o resultado foi tristemente surpreendente. O que apareceu nas paredes foram diversas manifestações de homofobia, xenofobia, sexismo... Algo realmente preocupante, aterrador. Ao menos o episódio deixou claro para mim qual deveria ser a pauta da ação da CCEX: a questão da diversidade e do respeito ao outro, respeito a alteridade, e foi o que nós começamos a fazer.

Então recorremos à cultura para, sem didatismos, levar pela via da estética e da emoção a experiências que ajudassem a enxergar o outro, o diverso. Promovemos eventos com manifestações de música, dança e artes plásticas de diversas etnias e tradições culturais brasileiras, levamos estudiosos e praticantes de diversas religiões, realizamos um seminário sobre a questão LGBT e saúde, promovemos debates sobre temas de interesse cultural ou político mais geral, enfim, tudo para chamar a atenção de modo mais “vívido”, menos formal e acadêmico para o outro, para a diversidade. Foi um passo, mas, infelizmente, em uma avaliação bem realista, ainda tímido, já que a adesão dos alunos às atividades foi baixa. Em um ou outro evento houve um público maior. Mas talvez mais importante do que o efeito foi o ter feito, ter aprendido certo “caminho das pedras”, de outras vias possíveis para trilhar no ambiente da universidade que pode ser também espaço formativo, inclusive para trabalhar a questão dos Direitos.

Na graduação ainda há tudo praticamente por fazer nesse sentido. No currículo formal, que não pode ser negligenciado como espaço privilegiado de formação, nós implantamos na Medicina uma nova disciplina, chamada “Processo saúde-doença-cuidado”. Aqui um grupo multidisciplinar de docentes tem procurado trazer o tema dos Direitos para a sala de aula e a atividade prática na Unidade Básica de Saúde. Menos na primeira dimensão que citei acima, a da operacionalidade dos Direitos, e mais na segunda, a dos Direitos como um horizonte para o exercício das virtudes públicas, especialmente no trato com os pacientes, abordamos o tema dos Direitos de modo articulado à discussão do Cuidado [8].

Com a discussão do Cuidado, como um conceito que podemos chamar de “reconstitutivo”, procuramos superar os conceitos mais tradicionais, a ideia de diagnosticar e tratar como simples aplicação de conhecimentos tecnocientíficos. Aproveitamos os

debates atuais no Sistema Único de Saúde sobre a humanização da atenção, e mesmo a integralidade, para mostrar como os direitos das pessoas se transformam, então, em um horizonte que orienta o sentido das ações de atenção à saúde. Cuidar das pessoas é reconhecer as suas particularidades, as suas singularidades, os seus pertencimentos identitários e o que isso significa em termos da sua experiência social e de saúde, para melhor orientar as práticas de intervenção. Essa é uma oportunidade para tratarmos, de modo problematizador, não “doutrinário”, os temas da raça, etnia, gênero, classe social e religião. Procuramos fazer isso da forma mais pragmática possível, tratando de mostrar como esses aspectos nos desafiam (ética, moral, política e tecnicamente, inclusive) quando se trata de efetivamente *cuidar*, dos outros e de cada um de nós.

É um avanço também. Já havíamos tentado trabalhar os chamados “temas sociais” de maneira mais ampla, na perspectiva mais geral de políticas de saúde. Não deu certo. Foi quando trouxemos esses aspectos para discutir na microtextura política do Cuidado, que então pareceu fazer mais sentido para os alunos, embora ainda com muitos limites. Nós acabamos de fazer a avaliação sobre a disciplina em um fórum com os alunos e, apesar de alguns retornos bem interessantes, bem positivos, me chamou a atenção, e me trouxe certo desânimo, claro, o fato de que muitos alunos disseram entender a importância da disciplina, embora eles achassem “desleal” que a discussão desses temas concorresse com o tempo que eles poderiam estar dedicando a “aspectos técnicos” do trabalho médico. Bem, tudo o que se quis mostrar nessa disciplina é que o social e os direitos são importantes exatamente para que o trabalho do médico seja tecnicamente adequado! Mas, enfim, é mais um caminho aberto para levar os direitos à graduação.

Uma terceira via, retomando a importância do espaço da extensão, é articulá-la com essas iniciativas de reformulação do currículo formal da graduação. Em recente artigo que publiquei em uma revista científica (centenária), Revista de Medicina, completamente operada pelos alunos, no seu Departamento Científico, defendi esse ponto: a valorização do espaço da extensão na estratégia pedagógica de formação graduada, porque é nesses espaços, pelo menos no que diz respeito às graduações de Saúde, que se consegue efetivamente trabalhar a, ou sob a, perspectiva dos direitos [9].

Uma coisa é falarmos sobre gênero, raça, etnia, religião, de pacientes que eles veem em uma enfermaria, sem as suas roupas, seus utensílios, sua identidade, fora do seu espaço cotidiano, completamente descaracterizados, seres abstraídos do seu ser. Outra coisa é estar com o aluno trabalhando em uma comunidade e junto da comunidade, discutir com ela como vai enfrentar aquele determinado problema. Aí gênero, raça, etnia, vão aparecer com a força viva da experiência concreta. Precisamos investir nessa direção. A experiência na FM-USP deixa isso muito claro e vejo essa tendência em diversas outras boas faculdades de medicina mundo afora. Já se ouve falar muito em *Community Based Learning*, ou aprendizado baseado na comunidade, que tem muito a ver com o que a gente chama de *extensão* [10].

Estreitar o vínculo das atividades de extensão e de ação cultural – e a Profa. Maria Arminda não cessa de ensinar a indissociabilidade dessas experiências – com o ensino de graduação poderá mudar radicalmente seu sentido e qualidade, e a perspectiva dos Direitos tem que ser parte disso. A ciência e as técnicas são fatos culturais, e a cultura é uma via privilegiada de produzir experiências que interessam ao papel social da universidade,

especialmente pensando no seu compromisso e na sua responsabilidade social.

Assim, ao concluir esse compartilhamento de reflexões e experiências, eu deixaria às equipes do *Núcleo dos Direitos*, e a todos os envolvidos com o ensino na USP, a sugestão de que trabalhemos na perspectiva de construção de pautas comuns de ação, integradas pela perspectiva dos Direitos, na qual se pudesse, pela experiência prática, ética, estética, levar ao reconhecimento da questão dos Direitos, compatibilizando diversidade e distinguindo diferenças de desigualdades. Busquemos integrar os recursos preciosos nos diversos trabalhos de extensão que temos na USP, no próprio *Núcleo*, mas também fora dele, como por exemplo, o Núcleo de Artes Afro-brasileiras, que trabalha pela via da cultura, o Núcleo de Consciência Negra, que trabalha pela via da ação política, e tantos outros. Devemos promover diálogos das Pró-Reitorias de Graduação e de Cultura e Extensão, para ajudar as diversas unidades de ensino a construir estratégias curriculares que incorporem essas experiências programáticas, extensivas e relacionadas a direitos para dentro da formação curricular regular. Com isso daríamos um salto de qualidade importantíssimo e penso que a USP já está preparada para dar esse passo, basta caminhar.

REFERÊNCIAS

- [1] SANTOS, B. S. **A construção multicultural da igualdade e da diferença**. Coimbra: Centro de Estudos Sociais, 1999.
- [2] GRUSKIN, S.; TARANTOLA, D. *Health and Human Rights*. In: Gruskin, S.; et al (eds.). **Perspectives on health and human rights**. New York: Routledge, 2005, p. 3-57.
- [3] ARENDT, H. **As origens do totalitarismo**. Rio de Janeiro: Documentário, 1979.
- [4] CANGUILHEM, G. **O normal e o patológico**. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 2015.
- [5] AYRES, J. R. C. M. *Vulnerabilidade, Direitos Humanos e Cuidado: aportes conceituais*. In: Barros, S.; Campos, P. F. S.; Fernandes, J. J. S. **Atenção à saúde de populações vulneráveis**. Barueri: Manole, 2014, p. 1-25.
- [6] WESTERHAUS, M.; et al. **The necessity of social medicine in medical education**. Acad. Med. 2015.
- [7] BAPTISTA, M. A.; et al. A produção científica apresentada no Congresso Brasileiro de Educação Médica na temática Direitos Humanos no período de 2007 a 2010. Disponível em: <http://www2.unifesp.br/centros/cedess/producao/posteres/a_producao_cientifica_apresentada_cobem_na_tematica_direitos_humanos_2007_2010_sylvia%20cobem%202011.pdf>.
- [8] AYRES, J. R. C. M. **Cuidado: trabalho e interação nas práticas de saúde**. Rio de Janeiro: CEPESC/IMS-UERJ/Abrasco, 2011.
- [9] _____. **Extensão universitária: aprender fazendo, fazer aprendendo**. Rev. Med. 2015.
- [10] UNIVERSITYOFCONNECTICUT. **Developing a Medical School Curriculum for the 21st. Century** [2014 April 10]. Disponível em: <<http://today.uconn.edu/2014/04/developing-a-medical-school-curriculum-for-the-21st-century/>>.

MESA

A Extensão como Práxis do Ensino e da Pesquisa na Perspectiva dos Direitos Humanos

O objetivo desta mesa é demonstrar o papel da extensão como elemento imprescindível no ensino e na pesquisa. A principal ênfase nesta mesa é a práxis como constituinte do processo de aprendizado, em que prática e teoria são indissociáveis. Docentes e pesquisadores irão apresentar projetos que têm ocorrido no âmbito da USP e discutir como fomentar mais atividades de extensão interseccionadas com outras atividades da Universidade.

Mediador

REINALDO PACHECO DA COSTA coordenador da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares do Núcleo dos Direitos e docente da Escola Politécnica da USP (EP-USP)

Iniciamos fazendo uma homenagem ao professor nominado neste auditório, Prof. Oswaldo Fadigas Fontes Torres. Um professor emérito da Escola Politécnica – meu professor –, duas vezes diretor da EP-USP e fundador do Curso Cooperativo de Engenharia, iniciado em Cubatão em 1989 e transferido para o campus Butantã nos anos 90.

O Curso Cooperativo de Engenharia é um modelo inovador de ensino de Engenharia, onde a extensão é componente do sistema de ensino, pois além de esquema quadrimestral, o curso cooperativo prevê rotação das aulas com estágios dos alunos com o mesmo período – quadrimestral, também nas empresas participantes/colaboradoras. Também participou cooperativamente a Prefeitura Municipal de Cubatão, alocando áreas públicas para a realização dos cursos – engenharias Química, Computação e Produção.

Pode-se medir o sucesso deste empreendimento – fundado e administrado pelo Prof. Fadigas, ressaltando que o curso de Engenharia Química da EP-USP é hoje conforme a este modelo quadrimestral. O curso de Engenharia da Computação é oferecido hoje nas duas modalidades – quadrimestral e semestral; e o curso de Engenharia de Produção preferiu operar exclusivamente com o modelo semestral. Este modelo “cooperativo” permite o ensino de Engenharia com uma extensão contínua, com várias experiências intervenientes – internas e externas à Universidade, proporcionando cursos de Engenharia com caráter amplo, inter e extra muros, integrado com a sociedade no seu entorno.

Resta destacar nesta introdução, também, que além dos temas que os nossos debatedores desenvolvem, especificamente sobre a extensão teorizada e praticada na USP nos campos da Medicina e do Direito, existe uma *Frente de Extensão* na USP, formada e operada por estudantes e professores de várias unidades, onde valem citar os seguintes programas/projetos participantes:

- » Instituto de Relações Internacionais (IRI) – *Educar para o mundo* – Coletivo de Extensão Universitária do Instituto de Relações Internacionais da USP, que atua com educação popular em Direitos Humanos, junto à população migrante de São Paulo;

- » Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU) – *Projeto COLABORA* – *Colabora* é um projeto de extensão interdisciplinar da USP, idealizado pelos estudantes de Design, no final de 2011. Nosso principal objetivo é estender o conhecimento acadêmico para fora da universidade, em projetos que busquem a transformação e o desenvolvimento social;
- » Escola de Comunicações e Artes (ECA) – *Projeto REDIGIR* – Oferece cursos gratuitos em Comunicação e Cidadania;
- » *Escritório piloto da POLI* – Fundado em 1953, o *Escritório Piloto da Poli* (EP) foi criado com o intuito de propiciar aos estudantes de Engenharia Civil da Escola Politécnica maior contato com aplicações práticas do conteúdo ministrado em sala de aula, por meio da realização de projetos de engenharia;
- » Faculdade de Direito (FD) – *Serviço de assessoria jurídica da USP (SAJU)* – São vários grupos de trabalho e extensão que envolvem desde a Regularização Fundiária, Educação Jurídica Popular, Centro de São Paulo e alfabetização de adultos;
- » Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH) – *Laboratórios da EACH*
- » Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) – *Centros de línguas e tradução*
- » Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCP) – *Formação de Empreendimentos de Economia Solidária.*

Debatedores

LILIA BLIMA SCHRAIBER *membro suplente da Cátedra UNESCO de Educação para a Paz, Direitos Humanos, Democracia e Tolerância e docente da Faculdade de Medicina da USP (FM-USP)*

Introdução: a extensão e o ensino em medicina

Comparativamente a muitas formações profissionais em distintos ramos do conhecimento cujo aprendizado liga-se mais ao domínio teórico, o aluno de Medicina trilha um caminho muito diverso. Sua formação é eminentemente prática; apenas se completa se uma grande parte de seu aprendizado se der “junto ao leito do paciente”, ou seja, já praticando os conhecimentos, sob supervisão docente. A noção de que todo aprendizado deve não apenas contemplar, mas nascer de experiências práticas, não é algo recente em Medicina. Em razão do pragmatismo que cerca essa profissão desde seu nascimento moderno (FREIDSON, 1970), ao final do século XVIII e ao longo do XIX, a medicina busca, cada vez mais, nuclear o ensino nessa esfera da prática, da intervenção direta sobre pacientes. Essa busca, inclusive, tem produzido propostas de inovação pedagógica que objetivam inserir o ensino prático o mais precocemente possível na formação do aluno.

Foi essa perspectiva que fez nascer uma profissão cuja experiência de produção de conhecimentos e de atuação foi centrada na atividade hospitalar, tal como ocorreu ao início da Modernidade, com a transformação das antigas hospedarias da Idade Média no hospital moderno, que, então, passa a constituir um instrumento terapêutico

(FOUCAULT, 1977). É dessa mesma origem a proposição de “hospitais-escola” sempre acoplados às escolas médicas (SCHRAIBER, 1989), ou seja, não há, na medicina, um ensino das ciências biomédicas em separado, mas sempre em conexão com a prática hospitalar, uma vez que o ensino da profissão em medicina é centrado em: aprender pela prática; praticar pela ciência; e conhecer (produzir ciência) pelo hospital.

Por isso mesmo, no caso da medicina, a noção de “extensão” deve ser pensada cuidadosamente, pois se já há um ensino extensionista ligado à experiência hospitalar do hospital-escola, devendo, sem dúvida, responder pelas oportunidades de praticar junto ao paciente, a extensão não pode ficar restrita apenas ao hospital-escola, nem a esse tipo de oportunidade relacionada à prática hospitalar.

Vamos aqui considerar, por razões que brevemente serão exploradas, que a extensão deve ir além do hospital, para constituir de fato uma práxis na perspectiva de um aprendizado sobre a sociedade, sua cultura e os Direitos Humanos. Essa proposição baseia-se na seguinte assertiva: o hospital é o espaço em que o social está medicalizado. Para se conhecer o adoecimento e experimentar o restabelecimento do doente nas situações em que ambos se dão na vida cotidiana, é preciso buscar o que está fora do leito hospitalar. Falamos aqui de situações em contextos não controlados, tal qual o hospital e suas enfermarias, contextos que não sejam isolados e predeterminados, mas, sim, socialmente territorializados, isto é, geopoliticamente dinâmicos como a vida em sociedade.

A extensão como contato com a sociedade e outros universos culturais distinto da medicina: um pouco sobre a medicalização do social

Será com a modernidade que a medicina e sua escola tornam-se científicas e seu hospital-escola, um ‘laboratório’, o que ocorrerá para a medicina ocidental como um todo, na estruturação das escolas e seu hospital proposta pela Reforma Flexner, dos anos 1920-30 (SCHRAIBER, 1989). Ao aprofundar essa estruturação mais científica, o saber em medicina vai se estabelecendo como conhecimento sobre a “patologia mais complexa” do caso “raro” ou o caso incomum, sob o paradigma de que o estudo do patologicamente complexo, que também é o mais raro, engloba e permite o aprendizado dos casos mais simples e também mais comuns.

Sem fazer uma distinção entre o conhecimento técnico-científico e a produção de assistência em serviços, esse referencial, ainda presente na medicina, não diferencia saber científico de saber prático ou condições de produção científica, no ambiente escola, das condições de tratamento no ambiente social. Em contestações mais recentes desse referencial surge o argumento de que o que é patologicamente difícil pode ser assistencialmente mais simples do ponto de vista do controle da situação e, ao revés, o que é patologicamente simples pode constituir uma assistência complexa (SCHRAIBER; MENDES-GONÇALVES, 1996), por conta da dinamicidade da vida social para a qual os pacientes retornam após sua hospitalização, ou da qual nunca se isolam, nos casos das doenças mais simples que prescindem de internação.

O hospital-laboratório, portanto, deliberadamente “filtra”, para a pesquisa e para o ensino, os casos mais complexos, os que demandam mais tecnologia material em termos

diagnósticos e também terapêuticos, assim como a disciplina, e controla todo o ambiente em que esse caso será manipulado e onde a aprendizagem se dará. Desse modo, a medicina também cria uma certa definição de “boa prática” e “boa assistência”, as quais correspondem a esses mesmos filtros relativamente à complexidade do que ocorre cotidianamente na vida social. Além disso, ao responder aos interesses e motivações da pesquisa científica, no hospital-escola as internações não ocorrem apenas com base nos doentes que procuram o serviço, tal como ocorre com serviços de saúde de modo geral. No hospital-escola, também as linhas de pesquisa dos professores e pesquisadores da escola médica regulam as vagas a serem ofertadas, e, assim, o perfil dos casos internados não corresponde à dinâmica dos adoecimentos da população.

Durante toda a primeira metade do século XX, centrada em uma prática de cura de doenças agudas e hospitalizáveis, desenvolve-se a concepção da intervenção eficaz como aquela correspondente a essa prática, que é de “cura é tecnologicamente armada”. Essa realidade, porém, mudará na segunda metade desse mesmo século, com o envelhecimento da população e a transição epidemiológica para as doenças crônicas e degenerativas. Nessa passagem, encontram-se outros adoecimentos, outros pacientes. Uma “medicina da prevenção e do controle” predominará sobre a de cura, instaurada no período anterior (SCHRAIBER, 2008). No entanto, a experiência médica, a produção do conhecimento e o aprendizado ainda se locam substantivamente no interior do hospital.

Por isso mesmo, a cultura profissional e assistencial em saúde ainda persiste com a noção de boa prática associada àquela competência da cura terapêutica tecnologicamente armada, ou a cultura do êxito técnico (AYRES, 2004). E para essa cultura, por exemplo, sempre deve haver uma intervenção, isto é, o profissional é instado a sempre fazer algo, mesmo que mínimo, tal como prescrever uma medicação. Por isso também as ações de prevenção serão pensadas dentro dessa referência da medicalização, em que comportamentos que podem evitar adoecimentos, tais como mudanças na cultura alimentar, no sedentarismo, na realização da sexualidade etc., são pensadas como transformações individuais e individualizadas cada qual e que serão conquistadas mais rapidamente se contarem com auxílio da intervenção especializada do médico e de uma medicação.

Em mesma direção, bons serviços a serem prestados à população são aqueles de pronta medicalização, em atuação marcada por uma neutralidade ético-política como ideologia ocupacional, isto é, os profissionais devem tratar sempre a todos do mesmo modo, correspondendo a uma intervenção sobre o corpo orgânico em seus problemas estritamente biomédicos. Isso representa uma aproximação em que os doentes são, pelos diversos filtros mencionados, já desde a hospitalização do caso, depurados de social e cultural, e até mesmo de suas subjetividades. É essa neutralização política que conforma, no ideário profissional, a conduta correta diante dos casos (DONNANGELO, 1976. SCHRAIBER, 1989. SCHRAIBER, 2008). Os direitos dos pacientes, portanto, serão interpretados segundo esse referencial como direito ao acesso a essa modalidade de boa prática e bons serviços, e não a outras formas assistenciais.

Questões ligadas à maior vulnerabilidade no adoecimento e na assistência médico-sanitária decorrentes de situações sociais particulares, por exemplo, pacientes

portadores de alguma deficiência, física ou mental, ou pacientes com uso abusivo de álcool e outras drogas, ou mesmo questões da desigualdade de gênero ou étnico-raciais e que implicam desigualdades em saúde, são vistas pelos profissionais por um duplo estranhamento: não são tidas como inclusivas nessa esfera da neutralidade ético-política dos corpos e, assim, estariam fora do escopo profissional; e quando implicam em formas assistenciais diversas daquela que lhes é familiar, na neutralidade ético-política de atuação, tais como em políticas de ações afirmativas dos direitos, buscando corrigir as desigualdades de base, essas ações são vistas como distorções da igualdade dos corpos, privilégios de alguns doentes.

Assim sendo, questões de desigualdades sociais que perpassam os adoecimentos e a assistência médica seriam, antes, ou problemas de políticas sociais governamentais, relativos a benefícios sociais a serem realizados por uma assistência social e não realizados no interior de suas intervenções técnico-científicas; ou desigualdades a serem corrigidas pelo sistema judiciário, ou até mesmo por gestores dos serviços de saúde, que aí atuam como representantes da política pública ou dos governos e não por suas competências estritamente técnico-científicas na medicina ou na saúde pública.

Já os portadores de doenças crônicas, se estão efetivamente dentro do escopo profissional, constituem um imenso desafio a esse mesmo escopo, por representarem situações médicas muito distintas da experiência profissional consolidada desde a medicina da modernidade.

Estamos, assim, diante de uma visão muito peculiar dos direitos, uma vez que tratar em medicina significa, ainda hoje, afastar-se de um posicionamento ético-político quanto às desigualdades sociais de toda ordem (SCHRAIBER, 2012). Tratar significa identificar uma lesão nas estruturas do corpo-organismo, dentro do pensamento da clínica anatomopatológica originada na modernidade. A esse tratamento pronto e agudo, portanto, pouco se pode identificar um cuidado, aquela ação que representa um interesse pelo outro, uma atenção responsável para com as diversas necessidades desse outro como sujeito da sociedade e não apenas as de reparação de seu corpo-organismo. E isso requer mais observação na assistência, muita reflexão para decisões clínicas na prática profissional, aceitação dos sofrimentos funcionais mesmo sem lesões, e lidar com aqueles quadros mórbidos de longa duração, como os adoecimentos de caráter crônico. Para tanto, o profissional deve estar ciente que requer acompanhar o caso, que muitas vezes terá que retornar com as mesmas ou outras queixas e sintomatologias, compreendendo a diferença grande entre “curar” e “controlar” adoecimentos. E deve estar ciente, ainda, que para cuidados dessa natureza se faz absolutamente necessário contar com o próprio apoio do paciente em seu cuidado, levando-se em conta sua cultura, suas possibilidades sócio-econômicas e seu modo de ser sujeito na vida em sociedade.

Onde então podemos encontrar espaços em que esse tipo de experiência possa ser oferecida aos alunos? Espaços em que o paciente é um sujeito com suas crenças, preferências, valores e emoções, com seus usos do corpo no trabalho, na vida pública e na vida privada. E, assim, se manterá ao longo da assistência. Esses espaços estão fora do hospital e suas enfermarias, com o meio ambiente controlado, higienizado, com a alimentação controlada e comandada por terceiros, assim como sua higiene

pessoal, e até eventuais momentos de lazer.

Quais experiências em atividades de extensão e cultura podem oferecer bases para tal?

As reformas da medicina e seu ensino da segunda metade do século XX: medicina comunitária e a atenção primária como novas experiências médicas

Duas ondas de reforma da medicina e das escolas médicas ocorrem na segunda metade do século XX: são elas a *medicina integral* e a *medicina comunitária* (SCHRAIBER, 1989). A primeira, que originalmente surge nos anos 1940-50 e no Brasil nos anos 1955-60, preocupa-se com o fracionamento do ato médico a partir do surgimento e rápido crescimento das especialidades, deixando o médico de ocupar-se do “paciente como um todo”. Seu impacto será nas escolas médicas, onde passa a se estruturar como uma nova disciplina do currículo médico, a “medicina preventiva”. Assim, o movimento por uma medicina mais holística, mais “integral”, desdobra-se no preventivismo. Caberia a essa disciplina recompor o que a medicina fragmentou, embora mantendo como sua base referencial para explicar e compreender o adoecimento o mesmo paradigma do pensamento clínico que formulou a doença enquanto uma lesão anatomopatológica e a intervenção sobre o caso clínico individual.

Por isso mesmo, embora tenha se armado internamente de uma composição de saberes interdisciplinares, chamando em seu socorro a Demografia, a Estatística, a Psicologia e a Antropologia, a medicina preventiva terminou por trabalhar no saber específico que formulou – a Epidemiologia – com a abordagem da população como conjunto de individuais, e não coletivos-sociais, com a cultura ou as emoções como objetos das ciências da conduta, tomando a Psicologia e a Antropologia apenas como tais, isto é, conhecimentos sobre os comportamentos individuais. Em suma, em sua base manteve a criação extraordinária da medicina moderna em sua medicalização do social: a soberania do caso clínico-individual.

A segunda onda de reforma, formulada nos anos 1960 e chegando ao Brasil ao final desse período, criou a “medicina comunitária”. Esse movimento, aceitando todas as formulações do preventivismo, expande seu âmbito de ação para além do ato médico e agrega como problema os aumentos crescentes dos custos da assistência médica, com a conseqüente exclusão do acesso aos serviços médicos, de importantes segmentos da população. Passa a formular uma intervenção em termos da cobertura da assistência à população, iniciando a questão que se tornará, nos anos 1980, o centro do debate no país: um sistema de saúde capaz de combater a desigualdade em termos do direito à saúde.

A medicina comunitária pensa uma assistência de base territorial, realizada em pequenas unidades ambulatoriais, os centros de saúde ou as Unidades Básicas de Saúde, provedoras de uma “atenção primária em saúde”, à qual serão adscritos grupos populacionais. Estes, ou já formam certas “comunidades”, em especial nas regiões mais rurais e pequenas cidades, ou serão tornados nessa condição, isto é, certo número de habitantes em seus bairros passam a ser “uma comunidade”. Tais unidades compõem, para um futuro sistema, sua porta-de-entrada, significando um nível próprio de atenção e uma atenção que se comunicará com aquela hospitalar.

Quando surge, nos anos 1950-60, esse movimento da medicina comunitária, não só representa uma alternativa à assistência hospitalar, em termos de formas assistenciais, e, sobretudo, em termos dos custos da assistência, mas também propõe ações que se dão diretamente nessas “comunidades”. Estas serão ações de educação sanitária e de visitação domiciliar, que levarão os tratamentos e as prevenções para o interior dos grupos populacionais a que atendem. O conjunto das atividades de ensino, intra unidade de saúde e na comunidade, será dito e concebido como um ensino “extra-muros”, porque para fora do âmbito hospitalar, nessa experiência da medicina comunitária, que prolifera em diversos programas em muitas das regiões do país, ao longo dos anos 1970-80.

No entanto, no caso brasileiro, com o nascimento de um novo campo chamado “Saúde Coletiva” e gestado ao longo dos anos 1970, nem o preventivismo, nem a medicina comunitária seguirão exatamente o rumo previsto em suas formulações originais. Ao longo dos anos 1980, a Saúde Coletiva empenha-se em uma reforma do sistema de saúde e da medicina (PAIM; ALMEIDA-FILHO, 1998. PAIM, 2008), pretendendo dar subsídios a uma articulação entre a saúde pública e a assistência médica, fomentar a participação mais democrática no sistema de saúde, quer em termos do debate de suas normas e organização ou financiamento, quer na relação médico-paciente ou dos usuários com sua unidade de saúde, e, ainda, construir uma visão crítica da própria medicalização do social. Para esta última, por via de uma interdisciplinaridade com as ciências humanas e sociais e com importante presença do pensamento filosófico, destacando-se os referenciais marxistas, no primeiro caso, e da epistemologia histórica de Canguilhem e da teoria do agir comunicativo de Habermas, no segundo, esse pensamento crítico buscou formas alternativas de abordar o adoecimento e a produção de cuidados, produzindo novos olhares para os “determinantes sociais” do adoecimento e cunhando a noção de uma “atenção integral à saúde”. E, nessa direção, o aprendizado no interior desse espaço territorializado constituiu uma melhor possibilidade de experiência.

Assim, as escolas médicas brasileiras, por via do preventivismo que adotam, por seus departamentos de medicina preventiva ou já denominados de saúde coletiva ou, ainda, medicina social, passarão, via de regra, em composição com outros departamentos – Clínica Médica, Moléstias Infecciosas, Pediatria e outros – a constituir cada qual o seu programa de medicina comunitária. Essa modalidade de situação extensionista desenvolve-se, ao longo dos últimos 20 anos, expandindo cada vez mais sua base territorial e tornando mais complexas suas formas e seus serviços assistenciais.

Não obstante, se a base territorial já introduz elementos novos na experiência de pesquisa e de formação relativamente à prática hospitalar, ainda seria necessário aproveitar esse espaço para fazer com que as ações da prática clínica e as ações em saúde pública compatíveis ao caso individual diferissem das adotadas no hospital, criando-se modalidades de intervenções assistenciais com capacidade de lidar mais integralmente com as necessidades individuais e coletivas, implicando novo modo de aproximação do próprio caso individual, o que tem sido alvo de muitos estudos no âmbito da Saúde Coletiva. Só assim essa oportunidade de prática constituirá para os alunos uma nova extensão, pois uma extensão que se dispõe como um “fazer pensar”

relativamente aos conhecimentos tradicionais da Clínica e da Saúde Pública, na forma de um pensamento mais integrador ou compreensivo, com nova construção de “valores e atuações profissionais” (SCHRAIBER; MENDES-GONÇALVES, 1996). Tal oportunidade se afigura porque o aluno, e o profissional também, estarão diante de desafios assistenciais diversos do hospital-escola: o paciente ou o usuário territorializado; o usuário não mais paciente, e em dois sentidos – o que procura a atenção sendo saudável; e o que é um novo doente, mais ativo e participante de seu próprio cuidado. Essa oportunidade traria um pensar desencadeado pela presença de um “outro”: o outro que não o pensado pela medicina e saúde pública tradicionais; o outro que não o corpo patológico; o outro que não se dispõe apenas sujeitado na relação com o profissional, mas como “portador de direitos”.

Temos, no entanto, um importante desafio em tal situação. De um lado, temos que permear as práticas de saúde pela dimensão ético-política dos direitos, sem perder de vista as necessidades de intervenção que os indivíduos e a sociedade demandam do campo da Saúde. De outro lado, ao mesmo tempo, as práticas propostas não podem “se perder”, enquanto valor e virtude profissional, nessas mesmas necessidades de intervenção, perdendo a oportunidade desse “fazer pensar” mais integral ou compreensivo. Esse é um importante alerta, pois um desvio de percurso, retornando às tradicionais atuações medicalizadas, efetivamente pode ocorrer, em razão da grande familiaridade para com estas atuações, e seu reconhecimento, quer entre profissionais, quer para a população usuária dos serviços de saúde, de que, até certo ponto e para determinadas situações, a atuação tradicional é dotada de eficácia técnica. Se isso ocorrer, perdendo-se a oportunidade de formular novas atuações, mesmo a extensão praticada nas Unidades Básicas de Saúde voltará a representar, como experiência para os alunos, os mesmos referenciais medicalizadores, apenas exercidos, agora, em outro espaço de prática.

CALIXTO SALOMÃO FILHO coordenador da área de Direitos Humanos do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo e docente da Faculdade de Direito (FD-USP)

Gostaria, em primeiro lugar, de agradecer ao convite do Dr. Beçak, e do Dr. Reinaldo. Esse é um ambiente que nos permite conhecer a experiência um do outro nessa área e essas interessantes iniciativas do Núcleo que eu conhecia muito pouco. Isso é um problema da USP, nós ficamos longe uns dos outros e não necessariamente conhecemos o que um ou outro está fazendo.

É nesse sentido que eu vou falar da experiência da USP, da Faculdade de Direito, usando um estudo de caso, ou seja, dois dos grupos de extensão de lá, e verificando se conseguem e como conseguem alinhar os três elementos. Vejam que o título é muito interessante em relação ao que a USP se propõe, porque ele fala das três pernas da USP: A extensão como práxis de ensino e de pesquisa na perspectiva dos Direitos Humanos. É exatamente o que a USP se propõe, *ensino, pesquisa e extensão*.

Essa é a pergunta que temos que fazer: extensão é extensão à comunidade? E como

a extensão pode ser, ao mesmo tempo, útil no ensino e na pesquisa? Vejam que isso é um desafio, porque na extensão o princípio é que a universidade seja aberta, que universidade pública ajude a coletividade. Como ela pode ser útil ao aluno praticar a extensão e levar, portanto, serviços à comunidade, e como ele pode, ao mesmo tempo, fazer o ensino e a pesquisa? Dá para integrar as coisas? É claro que a integração não é perfeita, mas vou tentar de certo modo mostrar como se está tentando. Não sei se está conseguindo, mas como se está tentando.

Vou exemplificar dois grupos. E, naturalmente, preciso exemplificar com os que me estão mais próximos, então vou exemplificar com os dois grupos que eu coordeno que são os que conheço melhor. Cumpre-se salientar que há muitos grupos na Faculdade de Direito, felizmente a extensão está se expandindo muito. O primeiro exemplo tem certa convergência com a questão que temos pesquisado, a questão médica, por meio das patentes. Então, há um grupo de extensão que se chama *Grupo Direito e Pobreza*. O que é feito ali? Em primeiro lugar, são dois semestres; os alunos devem, no primeiro semestre, realizar uma leitura de textos básicos para entender as questões que serão desenvolvidas, então aí se encontra um pouco o ensino. Nesse período não há extensão, há a discussão de textos que são fundamentais para várias das intervenções que precisarão ser feitas, textos gerais sobre funcionamento e disfunção dos mercados, textos sobre patentes e suas funções e disfunções. E no segundo semestre, nós temos trabalhado com diversas formas de intervenção, mas uma delas tem sido a discussão do acesso a medicamentos, que na perspectiva jurídica, passa por duas coisas: primeiro o direito à saúde, mas também por certas estruturas que às vezes impedem o acesso a medicamentos. Nós notamos que, por mais que patentes possam ter os seus benefícios, na área dos medicamentos elas muitas vezes limitam o acesso. Só para dar um exemplo muito concreto: nós estamos trabalhando já há três anos, e publicamos um texto que virou subsídio para uma apresentação no Ministério Público. O Ministério Público transformou isso numa ação civil pública contra a indústria de medicamentos, e hoje, saindo daqui vou me reunir com os alunos porque eles estão ajudando o Ministério Público a fazer a resposta à resposta dada pela indústria farmacêutica, a respeito de um medicamento de câncer de mama, doença responsável por mais de três mil mortes de mulheres por ano no Brasil. Esse é um medicamento que, para um determinado tipo de genótipo feminino, é o mais efetivo, chamado *Trastuzumabe*. Esse medicamento foi primeiro objeto de uma disputa com a indústria farmacêutica respectiva, que, ao fim de uma disputa com o Ministério da Saúde, acabou fazendo um acordo, porque o preço é caríssimo (cerca de sete mil, oito mil reais a caixa com poucas cápsulas) e o tratamento é de longo prazo.

O medicamento em referência acabou sendo disponibilizado no SUS. Porém, sob ameaça de quebra de patente feita lá atrás eles passaram os medicamentos para o SUS, mas não em quantidade suficiente, ocasionando muito mais demanda do que oferta, e isso é outro problema jurídico sério. Então milhares de demandas por ano de pedido de acesso a medicamentos aconteceram e os juízes deferiam, já que essas pessoas se encontram em estado terminal, ou em estado grave. E o que faz a indústria farmacêutica nesse caso? Apesar de ter feito o acordo com o SUS, na hora que vem a demanda emergencial da Secretaria de Saúde, ela vende pelo preço cheio e

não pelo preço do acordo firmado. E isso corresponde a uma grande quantidade de medicamentos, porque o SUS não atende nem uma pequena parte de toda a necessidade. Então a demanda foi exatamente nesse sentido, de que se cumpra o acordo sob pena de licenciamento compulsório do medicamento, ou seja, possibilidade de outras empresas produzirem.

Contudo, por que eu dei essa explicação longa e um pouco técnica? Para mostrar exatamente como aí o ensino e a pesquisa são fundamentais para ser possível a extensão de serviços à comunidade. Por quê? Sem que eles compreendam bem as patentes, sem que compreendam bem o direito à saúde, sem que compreendam bem o nosso sistema constitucional e as nossas estruturas econômicas e jurídicas, eles não conseguem trabalhar bem na intervenção, montar uma pesquisa em matéria de acesso a medicamentos, e muito menos auxiliar o Ministério Público numa ação que vise o licenciamento compulsório. Mas não é só o ensino, não é só o estudo dos textos. É preciso que eles se movam, e isso dá muito trabalho. Foi um trabalho de pesquisa de quase três anos antes de chegar ao relatório final, foi preciso que eles fizessem pesquisa em peso. Quais são os números? Como as pessoas estão sendo afetadas? Constataram gráficos e números de acesso ao medicamento, da venda na rede pública, os números das demandas privadas, daqueles que não eram atendidos pela rede pública, isso foi uma pesquisa empírica muito longa. Tão longa que nós tivemos que fazer um acordo com o Tribunal de Justiça para ter acesso a uma salinha no tribunal para ter acesso a todos os casos de ações de acesso à saúde que se relacionavam àquele medicamento. Então, a pesquisa está aí. A pesquisa é empírica. Tudo isso para construir um caso sustentável para conseguir uma extensão de serviços à comunidade.

O ensino e pesquisa são fundamentais para conseguir extensão de serviços à comunidade. Os alunos, animadíssimos em responder à petição da indústria, estudando muito, pesquisando mais, pois pesquisaram ainda mais para responder a petição agora. Só para lhes dar um exemplo, a resposta da indústria foi: “Nosso preço é maior porque há muita inadimplência dos estados e temos que aumentar para dar conta da inadimplência”. O que os alunos descobriram? Que a inadimplência é mínima. Nós estamos trazendo números, que em relação àquela indústria específica tem quatro ações, sendo que só uma é por inadimplência, no Brasil todo. Então, vejam como eles irem atrás da pesquisa, irem no tribunal, foi fundamental para desmontar os argumentos da indústria. Outro argumento da indústria: “nós temos custos de transporte muito grandes”. Os alunos foram lá e abriram os custos de transporte e viram que são proporcionalmente muito pequenos em relação aos custos de produção, e os custos de produção só diminuem conforme se aumenta a escala, portanto, aí também um argumento econômico que não se sustenta. Isso foi outra pesquisa deles. Então novamente, o ensino, a pesquisa ajudando a extensão.

Segundo exemplo. Esses são grupos de alunos, então, ao dar os exemplos, o mérito é dos alunos, mas eu preciso narrar o exemplo do que está acontecendo para que os senhores saibam o que está acontecendo na USP, porque é motivo de muito orgulho para a Faculdade de Direito. O segundo grupo que vou exemplificar aqui é a *Clínica Luiz Gama*. A Clínica Luiz Gama foi agora agraciada com o prêmio da Secretaria Nacional de Direitos Humanos na categoria “proteção aos moradores de rua”. Qual é o

trabalho? Como ensino e pesquisa se unem nessa questão? Aqui seja talvez uma questão menos aprofundada, mas talvez de maior necessidade imediata de intervenção. No primeiro caso era necessário fazer uma pesquisa, um documento aprofundado maior. Aqui a intervenção direta é mais necessária porque é o trabalho com moradores de rua. Ainda assim, nós fazemos um primeiro semestre só de discussão de textos. Que textos? Direitos Humanos, Antropologia, Psicologia, como lidar, o aprender a ouvir, em matéria de tratar com os moradores de rua, e é muito importante, pois é algo que os advogados não sabem, pois gostam muito de falar, mas não sabem ouvir. Então é muito importante ensinar o acadêmico do Direito a aprender a ouvir. Eu já tive essa experiência com os alunos e ali, a experiência foi para mim, não só para eles. É uma experiência riquíssima ficar a tarde inteira ouvindo e não falar nada. Ouvindo as mazelas da pessoa em situação de rua, o descumprimento de Direitos Humanos. E eles são muito sensíveis. Para vocês terem uma ideia, essa fatiota típica de advogado que nós sempre usamos, não podemos de jeito nenhum chegar lá usando. Para se ter uma ideia, no início do *projeto*, eu fui com uma certa vestimenta, não sabendo direito como lidar com a situação, pois eu estava em processo de aprendizado, e um dos moradores me falou: "Quem é esse aí?". Ele ficou assustado, e não falou nada a tarde inteira. A partir dali eu fiz um combinado com os alunos. Não só eu não iria mais assim, como ninguém trataria como professor, mas como um colega. É natural, a pessoa está numa situação de muita opressão se constranger com alguém do qual parece pertencer a qualquer hierarquia que lhe faça mal, e o que significa fazer mal? Ele não falar. Não falar das violações de Direitos Humanos, da guarda metropolitana que tirou tudo que ele tinha e ainda lhe deram uma sova, ou da violação x, y e z. Então, esses textos do aprender a ouvir são fundamentais para nós, além dos textos de Antropologia, dos quais são disponibilizados no primeiro semestre.

No segundo semestre eles vão à rua. E aqui, novamente, o aprendizado é tão grande para o professor quanto para os alunos. É uma experiência muito rica do ponto de vista humano: ir, e construir ouvidorias itinerantes. Elas se fazem nas tendas, que são aparelhos criados pela prefeitura que ficam embaixo dos viadutos, e é onde eles têm acesso ao conceito de diminuição de danos, ou seja, não é tirar da rua porque muitos não podem, não querem sair da rua, e muitos não querem se sujeitar às regras duras e à seletividade dos albergues, então aquilo é uma diminuição de danos, e o que significa é que o indivíduo que mora na rua durante o dia pode ir ali, tomar um banho, assistir televisão ou ouvir um evento cultural. Exemplos como esse tem no Bresser, e no Alcântara Machado, e nós vamos em alguns para ouvir as denúncias deles, e, aqui, eu volto de novo no ensino e na pesquisa se unindo para a extensão.

O resultado das nossas idas às tendas: a Defensoria Pública está entrando com uma ação para impedir o fechamento das tendas, pois estas estão ameaçadas de serem fechadas. De que forma nós colaboramos? Nós fizemos um estudo que vai em anexo, relatando a nossa ouvidoria e como os moradores não querem que as tendas sejam fechadas. Está indo em anexo à petição da Defensoria Pública. O que foi necessário para isso? Foi necessário aprender a ouvir no primeiro semestre, foi necessária uma pesquisa de campo, indo ouvir as pessoas nas tendas e vendo quais são as demandas delas, se querem ou não que as tendas sejam fechadas, e isso está se tornando também

num produto de extensão à comunidade, já que a nossa pesquisa estava ali em anexo à petição feita pela Defensoria Pública. Este anexo dá conta da nossa experiência de ouvidoria nessas tendas. E, da mesma maneira, ouvidorias em outras ONGs na Cracolândia, onde se tem uma população de rua que é mais difícil de ouvir, pois a interação é mais demorada, justamente por causa do envolvimento com drogas, e assim nem sempre as coisas saem de uma forma fácil. Então, vejam, tem aí, talvez em um nível não tão aprofundado, pesquisa que se substancia na ouvidoria, e há um necessário aprendizado para todos, alunos e professores.

Por que eu dei esses dois exemplos? Para mostrar que essa temática foi, em primeiro lugar, muito bem escolhida. Eu acredito que os três pés da universidade conversam, e eu dei exemplos de como temos tentado fazê-los conversar. E a extensão, o Prof. Reinaldo dizia isso, não é muitas vezes o objeto central de preocupação da universidade, mas ela tem uma capacidade de agregação dos outros objetivos da universidade tão grande que não só é importante em si, mas como elemento agregador dos outros objetivos. Porque, eu lhes garanto, os alunos saem transformados da *Clínica*. Nós estamos há cinco anos com a *Clínica*, e eles estão em ONGs de proteção ao direito da criança, um dos nossos coordenadores é o principal coordenador da ALANA, que é uma ONG de proteção dos direitos da criança, com grande atuação em Brasília. Então, eles saem de lá transformados, saem preparados, saem ensinados e com uma capacidade de pesquisa e um interesse pela pesquisa nessas questões sociais enorme. Sem dizer que é um enorme aprendizado para os professores.

Gostaria de concluir parabenizando a iniciativa e dizendo que acho que a discussão da extensão e a existência desses núcleos é fundamental para a Universidade.

EUNICE APARECIDA DE JESUS PRUDENTE *diretora do Núcleo de Promoção da Transparência da Ouvidoria Geral do Estado de São Paulo e docente da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (FD-USP)*

Estou bem impressionada com esse evento sobre a extensão universitária, e dessa forma me sinto honrada em fazer parte dessa mesa junto com Prof. Calixto Salomão, Profa. Lilian e o Prof. Reinaldo.

Meus colegas explanaram muito bem e foram bem claros sobre a questão da extensão na universidade, da responsabilidade que a Universidade tem para com a população e de como a extensão é essa ponte que leva a Universidade à população, de forma que eu pouco tenho a dizer, a não ser salientar sobre a função social da política instituída e executada pela universidade pública, da qual, como sabido, se utiliza de verba pública, ou seja, de dinheiro do povo, motivos pelos quais consideram-se estas como ações políticas por excelência.

É interessante notar que, quanto mais as faculdades se afastam, vamos assim dizer, da visão de pequenina, isto é, de ser aquela que apenas transmite o conteúdo técnico, nota-se que ela se preocupa cada vez mais em transmitir também aos alunos essa visão de extensão universitária, ou seja, a visão de que seu curso pode e deve ser usado pra uma melhoria visível da sociedade. É notável que essa perspectiva cause

diferença, pois não podemos esquecer que foi um ex-aluno nosso (juiz), que, durante uma audiência de reintegração de posse, disse a uma das pessoas que estava a sendo processada pelo proprietário (pessoa que criou e educou seus filhos naquele lugar) as seguintes palavras: “mas dona fulana, então a senhora vai passando por uma rua e vê uma Ferrari, a senhora toma e leva embora como se fosse sua?!”. Imagine os senhores a ofensa: um juiz que está lá para prestar serviço aos cidadãos ofende uma das partes.

Então vejo que a Universidade tem muito a contribuir para a sociedade, e percebo que uma maneira de ela continuar a melhorar essa contribuição é desenvolvendo melhor sua transparência nas ações e no gerenciamento do dinheiro público. Sabemos que está sendo criada uma Controladoria Geral para analisar as contas da Universidade. Em minha opinião, mais do que isso, acredito que é necessário que a Universidade se submeta novamente à Corregedoria Geral da Administração. Esse tema carrega ainda muita emoção do tempo da ditadura militar, que foi sim um momento horrível na história da Universidade e do Brasil, mas acho que já está na hora de enfrentarmos esses sentimentos, pois a autonomia da Universidade não a afasta de responder às Corregedorias e Controladorias, pois o controle é uma peça chave na Democracia do Estado Democrático de Direito. Então a USP, assim como todas as universidades, devem se submeter a essas Controladorias, pois são elas que gerenciam a verba pública, das quais é utilizada pela extensão universitária.

E enquanto cidadã negra dessa universidade, lembro à USP, que não podemos nos afastar da questão social, principalmente no tocante à questão do acesso à Universidade, pois na estrutura da Universidade ainda há racismo, não estou falando de pessoas, mas sim de estrutura, e é por isso que digo que a Universidade de São Paulo precisa ser repensada. É estranho que no tempo em que estamos, haja tão pouco conteúdo Afro, tão pouca pesquisa sobre África, ou sobre a cultura Africana. Então é preciso sim ter dentro da USP toda essa diversidade do povo brasileiro aqui dentro.

3° PARTE: TRANSCRIÇÕES E ARTIGOS DE ENCERRAMENTO

Balances e perspectivas das práticas do Núcleo dos Direitos

Estas últimas manifestações compreendem a súmula das discussões e proposições suscitadas durante a concretização do III Seminário do *Núcleo dos Direitos – UNIVERSIDADE RESPONSÁVEL: PERSPECTIVA ACADÊMICA*. Articulam o término do evento os professores Rubens Beçak, que tem suas falas aqui transcritas tal como proferidas, Adriana Marcondes, Mikiya Muramatsu, Ricardo Alexino e Anna Maria Chiesa, docentes coordenadores dos programas do *Núcleo dos Direitos*.

Mesa de Encerramento

RUBENS BEÇAK coordenador do Núcleo dos Direitos da Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária da Universidade de São Paulo e docente da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto (FDRP-USP)

Abertura

Essa mesa tem a responsabilidade de ser a mesa de encerramento nesse formato que nós demos a esse *Terceiro Seminário dos Direitos – “Universidade Responsável”*. Um formato pocket que viabilizou a realização do seminário desse ano. Então é uma mesa em que nós pensamos, discutimos como seria afinal, quando nós remarcamos o seminário neste formato, pensamos que seria muito importante fechar com uma mesa de encerramento com os próprios coordenadores, os responsáveis pelos importantes programas que nós temos no *Núcleo*. Então, já foram todos lembrados hoje, como o programa *Diversidade*, do Prof. Ricardo e da Profa. Adriana, o programa *Aproximação*, do Prof. Reinaldo do ITCP, o programa *USP Legal*, da Profa. Anna Chiesa, e o mais novo integrante do programa *USP Abraça a Escola*, da Profa. Vera, que não pôde vir, pois está com a filha doente em Salvador, porém ela está representada pelo Prof. Mikiya e o vice-diretor da Física, o Prof. Manfred, aqui cumprimentados, representando esse mais novo rebento do *Núcleo* que é o *USP Abraça a Escola*, que seria uma sequência do programa com financiamento da CAPES, o *Novos Talentos*.

Dessa forma, a mesa está composta pelos coordenadores, e eu ao final virei para fazer uma saudação, mas já quero agradecer a presença de todos. Acho que foi um dia, estava até comentando com as pessoas que estavam próximas, de debates de alta qualidade. E isso está sendo divulgado, o que nos deixa com muita alegria, porque realmente o nível dos debates, a percuciência das questões, e a participação da platéia, mesmo com esse formato menor, mostram o quão importante essas questões são e o quanto elas são ingentes no nosso dia-a-dia, e como nós não devemos nos afastar de sua discussão. E, obviamente, vejo, agora terminamos com a discussão da importância das atividades de cultura e de extensão universitária e isso obviamente, você estava citando a CERT agora, Adriana, quando estávamos conversando, a CERT parece que já está relativizando essa questão, ou pelo menos nós já demos ciência nas questões do COCECS, de que isso valha como pontuação efetiva para os professores, até na última mesa estava se discutindo isso. Mas é nesses seminários que nós percebemos a grandeza, e a importância desse debate todo. E até, ouvindo uma sugestão do Prof. Ricardo Alexino, por que, já que está sendo tudo gravado, não transformamos em algo escrito? E realmente é uma excelente idéia professor, que já foi acatada. Já estamos vendo para que possamos fazer em formatos de anais ou alguma coisa do gênero, do evento, porque acho que é muito importante tentar publicar, principalmente nas plataformas digitais, mas podemos ter algumas edições também impressas. E quero agradecer a IPTV, agradecer ao Marcos que está desde manhã fotografando, registrando, e a toda a equipe técnica, inclusive da Superintendência de Informação, e depois eu venho para as saudações. Mas, sem mais delongas, então eu passo a palavra. A sugestão, todos querem falar mais do que isso, mas que fiquemos entre oito e dez minutos, pelo fato de ser a última mesa do dia e de sermos vários programas, assim se todos ficarem nos dez minutos, fica ainda de bom tamanho, mais que isso não dá. Se quiser falar mais, então um minuto a mais.

ADRIANA MARCONDES MACHADO vice-coordenadora do Programa Aproxima-Ação do Núcleo dos Direitos e docente do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (IP-USP)

Jovens e crianças pobres, moradores de regiões desfavorecidas e vizinhas ao campus Butantã da Universidade de São Paulo, como a favela São Remo, circulam diariamente pela Universidade. Essa situação se repete em outros campi. São crianças e jovens menores de idade que andam, tomam banho nos espelhos d'água, pedem comida, jogam sinuca, cometem atos infracionais. Um desses jovens, Daniel, morreu afogado na raia olímpica da USP em 1997.

Com a criação do *Programa Avizinhar*, em 1998, ligado à antiga Coordenadoria Executiva de Cooperação Universitária e de Atividades Especiais (CECAE), constituiu-se uma estratégia para enfrentar um dos elementos presentes na produção da fragmentação e do distanciamento entre equipamentos e grupos vizinhos e o consequente abandono quando a fragmentação e o distanciamento se produzem. O afogamento desse jovem dizia respeito ao funcionamento da USP – algo acontecia ao lado da Universidade, algo acontecia dentro da Universidade e isso não estava sendo cuidado. O *Avizinhar* desenvolveu um dispositivo intensamente presente em vários trabalhos atuais do *Núcleo dos Direitos* – criar e participar de rede. Em rede, demandas comuns vão pautando ações comuns e assim, vários equipamentos do bairro do Butantã, onde a USP se localiza, passaram a se articular. Uma criança ou um jovem presente na USP, andando pelo campus, jogando com estudantes da USP, tem relação com a vida na escola, com os equipamentos complementares à escola, com os equipamentos de saúde, com a situação social da família, com a Universidade, com a exclusão social, a desigualdade social, a violência, a produção do fracasso escolar, o preconceito. A CECAE foi extinta e, com isso, esse projeto deixou de existir em 2006.

Em 2011, o *Núcleo dos Direitos*, ligado à Pró-Reitoria de Cultura e Extensão, foi constituído e diferentes programas que trabalhavam com questões ligadas à garantia de direitos foram integrados ao *Núcleo*. Alguns desses programas já existiam e outros foram criados, como o *Programa Aproxima-Ação*. Beatriz Rocha, que havia sido educadora do *Programa Avizinhar*, passou a trabalhar como educadora do *Aproxima-Ação*, dando continuidade à direção ética e política presente no trabalho do *Avizinhar*: os acontecimentos a serem enfrentados são pontas, extremidades de relações de poder e de saber, de práticas. São essas práticas e relações que devem ser interrogadas e conhecidas e nelas é que se deve agir – e, ao fazermos isso, percebemos que criar ações para atuar implica agir, também, nas pesquisas, nos trabalhos de extensão, no ensino, na educação que produzimos na USP. Como escreveu Pedro Moraes, estudante do Instituto de Psicologia, ao atravessar o muro entre USP e São Remo: “Ao naturalizarmos o muro, tornamo-nos muro, verticais, duros, concretos e opacos, porém não intransponíveis”. Contra essa naturalização, ele aposta na potência de criação de práticas comuns como aquilo que potencializa as condições de alteridade.

Criar comum: isso está presente no trabalho do *Programa Aproxima-Ação* e foi assim que, como professora do Instituto de Psicologia, tive contato com ele. Trabalhar no Instituto de Psicologia, discutir a interface entre Psicologia e Educação e a produção social do fracasso escolar e participar de um grupo de professores que se encontrava

quinzenalmente para refletir sobre a função das atividades de extensão em nossa Universidade criou esse encontro com o *Programa Aproxima-Ação*. Isso porque percebíamos que tudo aquilo que trabalhávamos em nossas atividades de extensão – a exclusão operada na relação com a escola, o preconceito em relação aos pobres, o racismo, o descuido com o meio ambiente, a fragmentação da saúde pública e as práticas policiais em detrimento das educacionais – se dava em nossa relação com a São Remo e, também, dentro da Universidade de São Paulo. Temos vivido dificuldades nas políticas universitárias de permanência para alunos em situações desfavorecidas e temos um funcionamento institucional que tem exigido muitos esforços para conquistar debates democráticos.

Esse grupo de professores do qual faço parte compreende que as atividades de extensão devem estar implicadas com a transformação social e a serviço do caráter público e democrático da Universidade – e democracia exige discussão coletiva, ação e reivindicação de direitos não garantidos e criação de espaços sociais de luta. Maria Helena Souza Patto (2011), em texto intitulado *Ideia de Universidade*, analisa os caminhos e descaminhos das ideias sobre o lugar da universidade pública no projeto de redemocratização discutido por intelectuais entre 1987 e 2011. Suas posições estão em sintonia com as de Marilena Chauí (2001), nos *Escritos sobre Universidade*, quando afirma que a democracia não ocorre em relações sociais marcadas fortemente pela cumplicidade, por relações de mando-obediência, pela opressão, pelo controle da grande mídia por monopólios, pela privatização dos Direitos Sociais que são transformados em Serviços Sociais. Nesse sentido, devemos analisar criticamente os trabalhos que elegem e priorizam a ideia de prestação de serviços a empresas privadas ou que realizam pesquisas sem o compromisso de alterar as práticas produtoras de desigualdade. Mudar essas práticas implica uma Universidade que crie dispositivos que sejam referência para pesquisas e ações de enfrentamento da produção de desigualdade.

Há práticas, pesquisas e experiências em várias unidades da USP e, também, no *Núcleo dos Direitos* que revelam a potência dessa direção – desenvolvem investigações e constroem saberes e ações a favor da garantia de direitos, tornando-se referência nos debates sobre educação pública, saúde pública, organização do trabalho, inclusão social, diversidade sexual, entre outros. Portanto, muitos projetos nessa Universidade apresentam grande interesse para pesquisar, ensinar e criar condições que fortalecem o caráter público da Universidade. As creches da USP são exemplos dessas construções: são referências para o ensino, para a pesquisa e para as atividades de extensão, além de serem fundamentais na garantia do direito à educação.

A relação USP/São Remo é perpassada por esse desafio: como criar diálogo e agir em uma rede de proteção que falhou quando ocorrem situações de desamparo? Como formar nossos estudantes para que não se tornem muros verticais e opacos? Como criar conhecimentos sobre o que seja aproximar e sobre os temas que advêm quando nos aproximamos?

O *Programa Aproxima-Ação*, cujo trabalho é realizado por uma educadora e por estagiários, enfatiza algumas ações que podem nos dar pistas para responder a essas questões:

Articular

É preciso articular as pessoas que se aproximam dessas crianças e jovens que circulam pela Universidade. Muitos estudantes da USP entendem que tratar essas crianças e jovens com igualdade seria permitir que eles frequentassem nossa Universidade, assim como os estudantes o fazem. Mas a vinda dessas crianças e jovens à USP tem relação com a não garantia de direitos. E, dependendo de como agimos em relação a isso, estaremos acirrando essa injustiça. O contato com os estudantes da USP, os Centros Acadêmicos e os vigias que trabalham nas portarias dos prédios é fundamental. A ação conjunta com a guarda universitária é imprescindível, pois ela é composta por profissionais que conhecem, circulam e cuidam dos espaços da USP e têm importantes reflexões sobre os desafios que as situações a serem enfrentadas carregam.

Estar aberta ao público e criar atividades comuns são funções de uma universidade pública. Portanto, o que propor a esses jovens e a essas crianças? Como criar atividades de interesse comum?

O *programa* reúne diversas instituições, criando um diálogo entre a Universidade e a comunidade externa em um espaço mensal de encontro denominado *Rede Aproxima-Ação*. Como promovedor dessa rede, o *programa* assegura e legitima um espaço de caráter interventivo social, articulando ações entre grupos e pessoas interessadas. Um exemplo dos efeitos dessa articulação ocorreu quando, por meio de encontros mensais da *Rede Aproxima-Ação*, encontraram-se profissionais do espaço cultural Paço das Artes, localizado na USP, e do equipamento de caráter educacional, o Espaço Girassol, na São Remo. A partir de discussões realizadas nessa rede, foi organizado um curso de estêncil para 12 moradores da São Remo, de 8 a 45 anos. Uma ação como essa demanda transporte, água, material artístico, educador, professor de arte. O muro entre São Remo e USP foi escolhido como local para a obra ser realizada.

Dialogar

Dialogar, conversar, ouvir, são ações que demandam tempo, corpo, encontro, confiança, aliança. Um jovem da São Remo que esteja vindo com frequência à USP demanda conversa com a família, com a guarda universitária, com os vigias, com os estudantes da USP que se relacionam com ele, com os profissionais das instituições que ele frequenta. Os estagiários e a educadora do *Programa Aproxima-Ação* têm a certeza de que a maneira como nos aproximamos desses jovens pode intensificar a desigualdade ou defender o direito de ser escutado, cuidado, direcionado pela USP, que tem a educação como responsabilidade.

Criar Conhecimentos

Os saberes constituídos pelo *Programa Aproxima-Ação* têm sido sistematizados em cursos para a formação de educadores de rua, no desenvolvimento de metodologias para diagnosticar o espaço físico em que essas crianças e jovens circulam dentro da Universidade e as relações estabelecidas entre os atores envolvidos, na discussão

sobre como funciona e o que é uma rede de apoio e proteção entre grupos de pessoas interessadas e envolvidas nas vidas dessas crianças e jovens, na supervisão e organização do trabalho de campo de estudantes de graduação que visitam moradias da São Remo e desenvolvem registros sobre esse trabalho**. O *programa* depende da constante atuação e formação de estagiários, que, ao desenvolverem as atividades do *Aproxima-Ação*, implementam trabalhos que revelam a dimensão participativa e interventiva das pesquisas.

Dessa forma, ao agir na relação entre São Remo e USP, alguns temas ganham relevo e são investigados: as delimitações das relações e das terras entre USP e São Remo – a história dessas terras, os acordos, as dúvidas e o momento atual –, as práticas que geram relação de desconfiança e violência, as diferenças entre uma prática assistencialista, uma prática de assistência e uma prática educacional e a importância no resgate da memória de moradores e referências na vida da São Remo.

MIKIYA MURAMATSU vice-coordenador do Programa USP Abraça a Escola do Núcleo dos Direitos e docente do Instituto de Física da Universidade São Paulo (IF-USP)

Fico muito honrado em participar da mesa de encerramento desse evento e gostaria de dizer que fui pego de surpresa por dois motivos: receber o convite para participar desse evento na viagem de retorno de uma palestra para 170 professores na Diretoria de Ensino de Mogi das Cruzes, e saber que estou como vice-coordenador do projeto *USP Abraça a Escola*, que, como disse o Prof. Beçak, é o mais novo membro do *Núcleo dos Direitos*.

Confesso que gostei muito do nome, pois contém palavras chaves importantes: o nome forte USP que *abraça*, no sentido do acolhimento, e a *escola básica*. Renegando as suas origens, a USP tem abandonado a escola. Em comparação com seu potencial, há poucos programas de interação da Universidade com a Escola Pública.

Vou relatar aqui, de forma resumida, as principais ações que se iniciaram a partir da adesão da USP ao *Programa Novos Talentos*, da CAPES, durante quatro anos, e que ocorreram com apoios importantes, embora parciais, do Instituto de Física e da Pró-Reitoria de Cultura e Extensão. Essas ações foram organizadas em três linhas principais:

- » Atividades de atualização para professores da escola: *Encontro USP-Escola*;
- » Convivência de estudantes e professores da escola nos espaços e ações científico-culturais da USP com multiplicação na escola: *Vivendo a USP*;
- » Oficinas de espaços educativos USP nas escolas públicas: *USP Vai à Escola*.

** Muitas dessas ações estão especificadas no Relatório Anual de Atuação do Programa *Aproxima-Ação*, ano de 2015.

Encontro USP-Escola

O *Encontro USP-Escola* é um espaço de formação continuada de professores do ensino básico de todas as áreas, no qual se discute não somente o conteúdo específico de cada disciplina e possíveis práticas inovadoras, mas também aspectos mais gerais da escola: política educacional, gestão, violência ou necessidades especiais.

A Base Nacional Comum foi objeto de debate nos dois Encontros de 2015. A foto é da palestra do Prof. Italo Dutra, Diretor de Currículos e Educação Integral do MEC, na palestra de abertura do 10º *Encontro USP-Escola*, em 20 de julho de 2015, no Instituto de Física da USP.

O Encontro USP-Escola foi um desdobramento de um evento que já ocorria no Instituto de Física, nas férias dos professores, em janeiro e em julho, o *Encontro IFUSP-Escola*. Por iniciativa de sua Comissão de Cultura e Extensão, o *IFUSP-Escola* teve sua primeira edição em 2007, com três cursos específicos na área de Ciências Exatas e cerca de 50 participantes. A transformação em *Encontro USP-Escola*, a partir de 2011, com o apoio da Capes/PRCEU-USP, trouxe uma maior abrangência, e a participação de várias unidades da USP, como mostram os quadros abaixo:

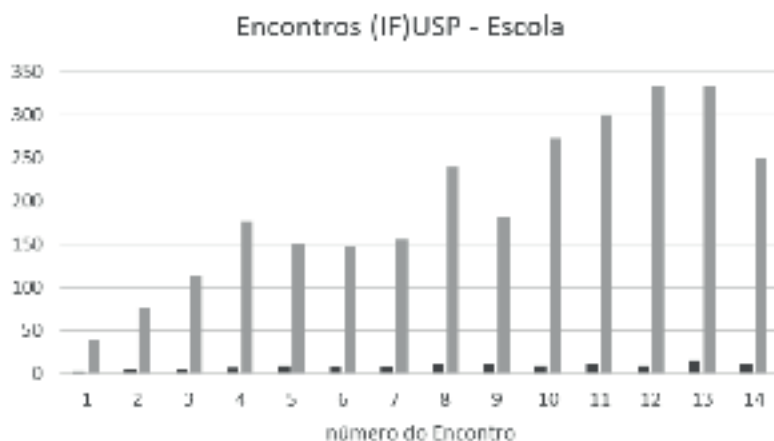


Figura 1 – Número de cursos (barras escuras) e de participantes (barras claras) entre 2007 e 2014. *Encontros IFUSP-Escola* – números 1 a 7. *Encontros USP-Escola* – números 8 a 17. *Encontro USP-Escola*: Início das Atividades: 2011. Unidades envolvidas: IF, FE, IAG, IQ, FFLCH, EACH e ECA. Nº de Cursos: 24. Participantes: 421. *Encontro USP-Escola* em 2015. Unidades envolvidas: IF, MP, MAC, IQ, ECA, FM, FE e FFLCH. Nº de Cursos: 26. Matriculados: 595.

Desde 2007, cerca de 4.000 professores já participaram dessa formação continuada e, se considerarmos que cada professor possui, em média, 400 alunos, concluímos que mais de 1.600.000 alunos já foram beneficiados com as ações do *Encontro USP-Escola*.

O mapa ilustra a procedência dos professores que participam do Encontro, indicando o grande potencial de ação e a necessidade urgente de ampliação, dada a magnitude da rede pública de ensino no Estado. Nos últimos anos temos recebido professores de outros estados, como Rio de Janeiro, Paraná, Santa Catarina, Mato Grosso e Minas Gerais.

Figura 2 – Procedência dos professores que participam do Encontro USP-Escola.



Para que esses *Encontros* possam atender à demanda real do professor da escola básica, foi criado, em 2010, o *Grupo de Trabalho USP-Escola* (GT USP-Escola), que tem atuado de forma muito ativa na definição dos cursos, palestras e debates, e na organização de oficinas. O GT tem também estimulado a troca de experiência e informações entre os professores, através de oficinas, relatos ou apresentação de painéis. Tomando emprestado o termo e a ideia de Bruce Alberts, em editorial recente da revista *Science*^{***}, podemos afirmar que estamos caminhando na direção do empoderamento dos professores no desenvolvimento de lideranças em contato com a universidade.

VIVENDO A USP

Professores e alunos da escola básica vivenciam a USP e levam sua vivência para a escola, com apoio dos espaços educativos da Universidade, atuando como multiplicadores. A convivência com estudantes e o ambiente da Universidade mostra ao estudante da escola pública a possibilidade de acesso a uma universidade pública e de qualidade.

Os parceiros da universidade

Quinze unidades da USP participam do *projeto*, através de seus projetos educativos, além do Instituto Butantan e do Instituto Histórico Geográfico de São Paulo.

- » Instituto de Física – Show da Física, Arte@Ciência, Física Moderna, Experimentos de Física;
- » Parque de Ciência e Tecnologia (CienTec);
- » Museu de Arte Contemporânea;

*** ALBERTS, B. "Empowering great teachers", In: *Science*. V. 351, ISSUE 6270 20. Jan, 2016.

- » Museu Oceanográfico – IO;
- » Museu de Geociências – IGC;
- » Estação Biologia – IB;
- » Museu de Arqueologia e Etnologia;
- » Centro de Práticas Esportivas (2011-2012);
- » Instituto de Química – GEPEQ;
- » CINUSP;
- » Instituto Butantan;
- » Museu de Anatomia Humana – ICB (2011-2013);
- » Museu de Anatomia Veterinária – FMVZ.

Em 2015, formou-se um grupo coordenador do *projeto*, constituído de docentes e educadores do Arte e Ciência no Parque (IF), Butantan, Estação Biologia (IB), Gepeq-IQ, MAC, MAE e MAV-FMVZ, com o objetivo de promover um trabalho integrado entre os espaços educativos e as equipes de professores das escolas parceiras. O grupo vem inovando na construção da parceria entre os espaços de educação formal e não-formal, com ganho de ambos os lados. Projetos pedagógicos das equipes escolares, que incorporam os conhecimentos desenvolvidos na Universidade, são discutidos e avaliados em conjunto. Vêm se desenvolvendo também diversos mecanismos de avaliação do impacto do *projeto*.

As etapas do projeto:

- » Trabalho pedagógico conjunto dos espaços educativos USP e professores da escola;
- » Definição de temas e atividades de estudo, em conjunto por professores e educadores;
- » Programa de 5 “dias de USP” para professores e estudantes da escola básica nos espaços educativos da USP;
- » Reuniões de planejamento e organização dos parceiros;
- » Avaliação do impacto sobre alunos.

Os parceiros na Escola

Participaram efetivamente do projeto anual, durante um ano ou mais, as dez escolas da tabela abaixo. São oito escolas estaduais, que atendem estudantes de 11 a 18 anos, e quatro escolas municipais, que atendem crianças de 10 a 14 anos. A maioria absoluta das escolas parceiras se encontra a uma distância bastante grande da USP. Apenas uma das escolas, que participou durante um único ano, fica nas proximidades da USP.

A escola parceira deve contar com, no mínimo, três professores dispostos a trabalhar conjuntamente no desenvolvimento do projeto global. Professores com menos disponibilidade, mas interessados em participar do projeto, podem atuar como colaboradores. A equipe da escola decide internamente como dividir os trabalhos.

O envolvimento efetivo depende bastante da aproximação de pelo menos um dos professores da escola do *Grupo de Trabalho USP-Escola*, formado principalmente por professores das escolas públicas, a partir dos *Encontros USP-Escola*. A participação no

GT exige comprometimento de longo prazo, e tem servido de embrião para outros projetos de aproximação entre a universidade e a escola.

Tabela 1 – Escolas parceiras, origem, IDEB, nº de alunos por escola e ano de participação no projeto.

ESCOLAS PARCEIRAS	DISTRITO/MUNICÍPIO	IDEB	Nº DE ALUNOS POR ESCOLA	Nº DE ANO DE PARTICIPAÇÃO NO PROJETO
E.E. Conselheiro Crispiniano	Guarulhos – São Paulo	5,2	1750	2013-2014
E.E.P.G. Francisco Eufrásio Monteiro	Sorocaba	4,4	1500	2011-2016
ETEC Gildo Marçal Bezerra Brandão	Perus – São Paulo	Não possui	800	2011-2013, 2014
EE Prof. Mário Manoel Dantas de Aquino	Ferraz de Vasconcelos	3,9	1600	2011-2016
E.E. Mizuho Abundância	São Bernardo	4,2	700	2015
E.E. Patriarca da Independência	Vinhedo	4,8	450	
E.E. Santo Dias da Silva	Interlagos – São Paulo	3,9	1200	2013-2016
E.E. Walker da Costa Barbosa	São Bernardo	3,7	1500	2016
E.M.E.F. Cândido Portinari	Perus – São Paulo	-	900	2011
E.M.E.F. Des. Theodomiro Dias	Butantã – São Paulo	4,7	-	2014
E.M.E.F. Ernani da Silva Bruno	Perus – São Paulo	4,7	600	2012-2013, 2015-2016
E.M.E.F. Jardim da Conquista	Perus – São Paulo	4,6	600	2011-2014

USP vai à escola

Devido à não-liberação da verba por parte da Capes, nesse ano praticamente não ocorrem visitas dos alunos à USP, e para não descontinuar o *programa*, alguns espaços como Arte e Ciência, Butantan, GEPEQ, MAE, realizaram visitas em algumas escolas parceiras, realizando atividades nas escolas atividades que seriam realizadas na USP.

OBSERVAÇÕES FINAIS

Verificamos que há um desconhecimento da população em geral do grande potencial cultural e científico da nossa Universidade; eu mesmo, após 45 anos, vim a conhecer e visitar alguns espaços da USP! É emocionante a presença dos alunos do Ensino Básico ao participar das atividades, frequentar o bandeirão, interagir com professores e estudantes da USP.

É preciso que a nossa Universidade se apresente mais à sociedade e que essas ações sejam feitas com responsabilidade e sustentabilidade, pois sabemos que resultados em educação aparecem geralmente a médio e longo prazo.

Vemos com grande alegria e esperança que esses projetos agora façam parte do programa *USP Abraça a Escola*, dentro do *Núcleo dos Direitos*, recebendo apoio institucional da USP, para cobrir parte da dívida que temos com a escola pública.

RICARDO ALEXINO FERREIRA coordenador do programa *USP Diversidade do Núcleo dos Direitos* e docente da *Escola de Comunicações e Artes da USP (ECA-USP)*

Iniciamos fazendo uma homenagem ao professor nominado neste Auditório – Prof. Oswaldo Fadigas Fontes Torres. Um professor emérito da Escola Politécnica, meu professor, duas vezes diretor da EP-USP e fundador do Curso Cooperativo de Engenharia, iniciado em Cubatão, em 1989, e transferido para o campus Butantã nos anos 90.

O Curso Cooperativo de Engenharia é um modelo inovador de ensino de engenharia onde a extensão é componente do sistema de ensino, pois além de esquema quadrimestral, o curso cooperativo prevê rotação das aulas com estágios dos alunos com o mesmo período – quadrimestral, também nas empresas participantes/colaboradoras. Também participou cooperativamente a Prefeitura Municipal de Cubatão alocando áreas públicas para a realização dos cursos – engenharias Química, Computação e Produção.

Pode-se medir o sucesso deste empreendimento – fundado e administrado pelo Prof. Fadigas –, ressaltando que o curso de Engenharia Química da EP-USP é hoje conforme a este modelo quadrimestral. O curso de Engenharia de Computação é oferecido hoje nas duas modalidades – quadrimestral e semestral; e o curso de Engenharia de Produção preferiu operar exclusivamente com o modelo semestral. Este modelo “cooperativo” permite o ensino de Engenharia com uma extensão contínua, com várias experiências intervenientes – internas e externas à Universidade, proporcionando cursos de Engenharia com caráter amplo, inter e extra muros, integrados com a sociedade no seu entorno.

Resta destacar nesta introdução, também, que além dos temas que os nossos debatedores desenvolvem, especificamente sobre a extensão teorizada e praticada na USP nos campos da Medicina e do Direito, existe uma Frente de Extensão na USP, formada e operada por estudantes e professores de várias unidades, onde valem citar os seguintes programas/projetos participantes:

» Instituto de Relações Internacionais (IRI) – *Educar para o mundo* – Coletivo de

Extensão Universitária do Instituto de Relações Internacionais da USP, que atua com educação popular em Direitos Humanos, junto à população migrante de São Paulo;

- » Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU) – *Projeto COLABORA* – *Colabora* é um projeto de extensão interdisciplinar da USP, idealizado pelos estudantes de Design, no final de 2011. Nosso principal objetivo é estender o conhecimento acadêmico para fora da universidade, em projetos que busquem a transformação e o desenvolvimento social;
- » Escola de Comunicações e Artes (ECA) – *Projeto REDIGIR* – Oferece cursos gratuitos em Comunicação e Cidadania;
- » *Escritório piloto da POLI* – Fundado em 1953, o *Escritório Piloto da Poli* (EP) foi criado com o intuito de propiciar aos estudantes de Engenharia Civil da Escola Politécnica maior contato com aplicações práticas do conteúdo ministrado em sala de aula, por meio da realização de projetos de engenharia;
- » Faculdade de Direito (FD) – *Serviço de assessoria jurídica da USP (SAJU)* – São vários grupos de trabalho e extensão que envolvem desde a Regularização Fundiária, Educação Jurídica Popular, Centro de São Paulo e alfabetização de adultos;
- » Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH) – *Laboratórios da EACH*
- » Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) – *Centros de línguas e tradução*
- » Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCP) – *Formação de Empreendimentos de Economia Solidária.*

2. O que foi discutido e por quem?

Profa. Lilia Blima Schraiber

Foi destacado o sentido de extensão no ensino médico, dentro de seu interesse geral sobre a transformação das práticas médicas ao longo do século XX.

Algumas profissões, como a engenharia e a medicina, já nasceram com a ideia de momento prático; na medicina é o caso dos hospitais universitários para ensino e pesquisa, pois inicialmente se tem um ensino prático e da prática nestas instituições.

No caso da medicina a extensão tem um segundo sentido de prática; mas uma prática que ultrapasse a do hospital escola, que é constituído como um laboratório-escola, e também um espaço para a pesquisa biomédica. A seleção dos pacientes a serem internados num hospital escola não segue apenas o interesse da própria demanda do paciente, da doença, mas também da disponibilidade de vagas para os professores orientadores, para a pesquisa no campo biomédico conforme seus interesses acadêmico-científicos.

A extensão na medicina deveria ser entendida como aquele ensino que se tem experiência adicional, que vai ser proposta para as escolas médicas a partir de um movimento reformador que veio, no nosso caso, a se denominar hoje de medicina preventiva e medicina comunitária.

A área de extensão dentro da medicina comunitária é uma pequena variação da

medicina preventiva, com a ideia de incluir casos clínicos e grupos populacionais que estão territorializados, que estão geopoliticamente estabelecidos, de pessoas que não estão necessariamente acamadas em leitos hospitalares. Trata-se de uma proposta para os alunos aprenderem também dentro das comunidades.

O leito hospitalar é uma dupla exclusão para o nosso ensino em São Paulo, já que a escola de Medicina é uma exclusão do ensino na comunidade, em separado da vida social, e o hospital-escola torna isso duplo, pois além de ser separado, o paciente ainda estará acamado, longe da comunidade, porque é um doente muito particular e selecionado de interesse à pesquisa biomédica, pois apresenta quadro clínico que interessa pelo perfil patológico apresentado, mais complexo e direcionado à pesquisa.

A extensão da medicina comunitária vai propiciar ao estudante conhecer a doença dentro da vida social do paciente, nas suas questões próprias e dos outros que convivem na comunidade. Vai trazer ao estudante de medicina questões da vida cotidiana; a extensão vai permitir a experiência do que não é previsto na patologia, de forma mais dinâmica, mas instável do ponto de vista do adoecimento; é a partir desta experiência da vida que corre no dia-a-dia é que a questão dos Direitos Humanos se instala na formação dos estudantes.

Nosso ensino hospitalar tradicional é centrado nas patologias mais complexas, onde o aprender tecnológico é central, e por isso os alunos têm que aprender uma cultura profissional de aplicação do conhecimento científico atualizado. A extensão da medicina comunitária vai levar um pensamento que não é menor para a medicina, pois é um pensamento adicional, com novas questões para os estudantes e professores.

Este pensamento hoje entra em conflito com a realidade tradicional do ensino médico, pois se pensássemos apenas nas questões diagnósticas ficaríamos parados e não discutiríamos além do diagnóstico; o médico vai propor um tratamento, e com a extensão comunitária tudo muda, pois o médico reformula o diagnóstico e vê o que é possível para essa pessoa fazer com as suas restrições. É uma realidade que exige que o estudante pense mais amplo do que só a partir do hospital escola e a ação é uma vivência e não só a aplicação do seu conhecimento científico.

A Profa. Lilia expõe as dificuldades de tratar as questões de gênero pelo campo da medicina e da saúde pública para além da questão tecnológica. A área de Saúde vem incorporando esta categoria (gênero), não entrando na questão da desigualdade de poder. Chama a atenção para que isto não seja apenas uma simplificação da questão tecnológica, para que não vire o contrário, apenas uma simplificação, uma intervenção na pobreza, na caridade, na filantropia etc. Termina deixando esta questão em aberto.

Prof. Calixto Salomão

O Prof. Calixto ressalta o (des)conhecimento das ações de extensão na própria Universidade, como é o caso, em sua opinião, do ainda não muito conhecido *Núcleo dos Direitos*.

Apresenta estudos de caso dos núcleos de extensão da Faculdade de Direito e dá

destaque ao desafio de se conseguir neles aliarem as três missões estatutárias – extensão, pesquisa e ensino (Estatuto da USP – artigo 1, parágrafo 2 – estender à sociedade serviços indissociáveis das atividades de ensino e pesquisa).

Sua preocupação primeira é de como a extensão comunitária poderia ser ao mesmo tempo útil no ensino e na pesquisa? Um desafio, em suas palavras. A princípio, como a universidade pública, aberta, pode oferecer serviços? Quais? É possível neles integrar ensino, pesquisa e extensão?

O seu primeiro exemplo tem integração com a questão médica, já avançada pela Profa. Lilia, pois trata da questão das patentes dos fármacos. O grupo de extensão *Direito e Pobreza* é um exemplo completo de extensão ligada a ensino e pesquisa. Como funciona? São dois semestres. No primeiro semestre são revistos textos básicos ligados ao ensino. Uma discussão dos textos para instruir sobre as várias intervenções que serão propostas para o segundo semestre. Textos gerais, suas funções e disfunções. E no segundo semestre se propõem as diversas formas de intervenção, sendo uma delas a discussão do acesso aos medicamentos pela perspectiva jurídica.

Este é exemplo que une as três funções, é um projeto de extensão que virou subsídio para uma ação civil contra a indústria de medicamentos. Nesse caso os alunos ajudaram o Ministério Público a fazer a réplica à indústria farmacêutica, sobre a medicina do câncer de mama, que no Brasil implica mais de três mil mortes anuais. Foram trabalhos de pesquisa, ensino e extensão, temas fundamentais que tornaram possível, para os estudantes, compreenderem o sistema institucional, e a estrutura econômica e jurídica do país, sem o que não se conseguiria montar uma pesquisa e um projeto sobre o acesso aos medicamentos, muito menos auxiliar o MP para o problema jurídico.

Não foi só o estudo dos textos, que consumiu três anos de pesquisa levantando os dados de como as pessoas estão sendo afetadas, construindo gráficos e dados de vendas e acesso de medicamentos, da renda do público e das demandas privadas, mas uma pesquisa que obrigou a se ter uma salinha no MP para pesquisar os casos de ações para acesso que se relacionavam com aquela medida. A pesquisa esteve presente para construir um caso sustentável de extensão para responder à exigida petição.

O segundo exemplo é a *Clinica Luiz Gama* e o projeto de proteção aos moradores de rua, agraciado com o prêmio da Secretaria Nacional dos Direitos Humanos. Como ensino e pesquisa aqui se uniram à extensão? Uma intervenção direta seria necessária, mas ainda assim foi realizado um semestre de discussão de textos de Psicologia, Antropologia e Direitos Humanos (ensino), para aprender a ouvir os moradores de rua. Os acadêmicos devem aprender a ouvir, ouvir uma tarde inteira, ouvir suas mazelas, ouvir sobre os descumprimentos de seus Direitos Humanos. Aprender a tratar com a especificidade exigida neste relacionamento com os moradores de rua. Uma premência do aprendizado de textos de antropologia social, para que, no segundo semestre, se faça o trabalho de rua, de extensão, com conhecimento de causa, com um aprendizado tão importante para os professores quanto para os alunos. Trata-se de experiência fundamental, verdadeiras ouvidorias itinerantes, verdadeira pesquisa-ação. Pesquisa, ensino e extensão que resultaram em ação para evitar o fechamento das tendas que os moradores não querem fechadas. O que foi necessário? Ouvir, ler os textos, ouvir as demandas e realizar um plano de extensão (jurídico) à comunidade.

Profa. Eunice Aparecida de Jesus Prudente

Não há como separar o ensino da pesquisa e da extensão, lembrando que as extensões são atividades sociais e políticas, institucionalizadas na universidade pública que se utiliza da verba pública, do dinheiro público.

Ressalta a assimetria no trato judicial entre pobres (principalmente negras e negros) e ricos. Cita o exemplo de seu conhecimento de um Juiz de Direito que, ao inquirir uma senhora (negra) invasora sobre a ocupação de um espaço privado (em discussão: o direito a moradia e a reintegração de posse), lhe perguntou: “(...) A senhora passa na rua e vê uma Ferrari amarela e a toma como se fosse sua?”. Preconceito e despudor!

A USP sem dúvida presta serviços relevantes, mas dá pra melhorar, principalmente se tornarmos mais transparente a gestão do dinheiro público: questões tão nossas, razões próprias da Universidade, do ensino, pesquisa e extensão.

A Profa. Eunice reforça a instituição de uma controladoria geral que está sendo instalada e que deve se submeter à Corregedoria Geral da Administração. A autonomia universitária não nos afasta de nos submetermos às controladorias. O controle é a peça chave na democracia, no estado democrático de direito.

Temos que nos submeter a esse controle; também a extensão que se expressa em uma prestação de serviços, em uma república tão necessitada de serviços públicos e com uma péssima distribuição de renda. Mas tem que ter eficiência na prestação de serviços públicos.

A USP deve oferecer serviços, mas precisamos discutir mais estas questões, e talvez nos afastarmos e repensarmos as nossas emoções. Precisamos repensar e nos organizarmos; enquanto negra lembra que não podemos fazer qualquer análise das regras constitucionais em apartado do social. O que está na Constituição do Estado é o compromisso com o Direito, o compromisso com a questão Social; analisar esta disposição constitucional, com mais acesso aos níveis mais elevados da educação segundo a capacidade de cada um.

Ressalta em sua opinião o absurdo dos vestibulares. Há que ser repensado. Devemos (re)pensar a gestão do dinheiro público na Universidade, na transparência de seu uso; mas a USP também precisa ser repensada. A USP deve se abrir a um povo que está necessitado de serviços públicos. Faltando considerar também, na extensão, o conteúdo e a cultura afro-brasileira. A USP precisa abraçar todos, e rever conceitos. Como é difícil, a crise que deve ser enfrentada.

3. Principais perguntas do público?

Como deve ser a universidade com autonomia com tensões muito concretas com a sociedade?

O lado da extensão universitária é sempre visto como uma parte não tão importante, pois o que vale é a produção de artigos, pesquisa e o ensino?

Por que o produtivismo extremado? Por que a extensão não é valorizada, apesar dos importantes trabalhos aqui relatados?

A extensão recebe poucos méritos e não vale créditos para os professores? Se for trabalho intenso, deve ser revisto o Estatuto de forma a valorizar a extensão?

Como fazer a extensão de fato entrar na estrutura de ensino e pesquisa da USP? Como complemento da formação? Como, por exemplo, fazer um ano adicional para proporcionar uma espécie de “residência” de extensão?

Como inserir a Lei n.º 10639/03 (define a inclusão pelas escolas nos seus currículos de conteúdos de História da África e Cultura Afro-Brasileira), para incluir a questão indígena e do negro na USP?

Como fazer programas temáticos de extensão para as populações alijadas da educação superior?

Como conjugar mais a interdisciplinaridade nos programas de extensão?

4. Anotações finais do mediador/relator

A discussão desta mesa procurou destacar o que a extensão em nossas universidades, e na USP em especial, pode contribuir com a educação e construção de cidadania, buscando questionar o ensino e a pesquisa sob o ponto de vista da extensão. Relembremos que a USP estatui a indissociabilidade entre pesquisa, ensino e extensão. Como é indissociável se a distribuição dos recursos está longe de ser paritária? Se forem realmente indissociáveis, como os alunos não sabem da discussão da extensão antes de entrarem na universidade e passam muitas vezes toda sua graduação sem ouvir sobre o assunto? Como agregar os professores nesta tarefa de valorização da extensão?

Algumas considerações finais

Criar uma Política de Extensão que inclua programas específicos em vários temas, como são exemplos os programas do *Núcleo dos Direitos da USP* e outros acima identificados: cursos (difusão, capacitação, especialização); disciplinas de graduação e pós-graduação (optativas ou não); eventos de extensão (internos e externos); projetos interdisciplinares; procedimentos de registro e de documentação da produção de extensão e parcerias internacionais.

Dar crédito e mérito acadêmico às atividades de extensão – cursos, formações, ações e projetos devem ser considerados também como créditos e méritos para docentes, discentes e trabalhadores da universidade.

Reinaldo Pacheco da Costa
São Paulo, 8 de março de 2016

RICARDO ALEXINO FERREIRA coordenador do programa *USP Diversidade* do Núcleo dos Direitos e docente da Escola de Comunicações e Artes da USP (ECA-USP)

Quando assumi o *USP Diversidade* no segundo semestre de 2015, a minha vice era a Profa. Heloisa Buarque de Almeida, e, como se sabe, esse programa é característico por ser muito plástico, ou seja, de ser moldado conforme a forma que o coordenador deseja. Dessa forma, o primeiro coordenador desse programa, que era o Ferdinando Martins, destacou muito a diversidade sexual. Já a Heloísa, que o sucedeu, enfatizou muito a questão de gênero, principalmente no tocante da violência contra a mulher. E eu, quando assumi, trouxe uma grande ênfase à questão étnica, muito embora entendendo a diversidade de uma forma muito ampla, já que inclusive isso está no agendamento social e político do meio midiático. Então eu entendo a diversidade, considerando todas as questões que haviam sido trabalhadas antes: a diversidade sexual, de gênero, etnia. Dessa forma, o *USP Diversidade* acaba englobando todas as outras áreas do *Núcleo dos Direitos*.

Atualmente, estamos pensando a questão etária, a questão da criança e do adolescente, e a questão das pessoas com deficiência, enfim, o projeto acaba catalisando muito das outras ações e pesquisas dos demais programas, mas sempre respeitando as características de cada um deles.

Eu, como comunicador e jornalista, acabo preenchendo um perfil para o *USP Diversidade*, do qual apresenta um foco maior em procurar municiar a imprensa com informação. Enquanto jornalista eu percebo que na formação de comunicadores, muitas vezes o jornalista não tem subsídio para poder tratar uma questão tão complexa como a diversidade.

Acho que cabe a nós capacitar esse profissional da comunicação e também o do educador. Fazemos isso através de atividades mensais, por meio do lançamento de filmes, e debates que discutem a questão da diversidade. Futuramente queremos fazer mesas de debate para aprofundamento no assunto, para que possamos fazer cursos de atualização de curta duração, principalmente voltados para educadores e comunicadores.

Eu, por exemplo, ministro uma disciplina na ECA de “Comunicação, cultura e diversidades étnicas sociais” e ela tem me servido como um laboratório para pensar o *USP Diversidade* em termos de capacitação, porque nessa disciplina eu trago para os meus alunos da área de Comunicação a questão da diversidade. E isso é possível também através de cursos de atualização.

Uma das nossas ações, junto com os bolsistas, foi o das pesquisas que têm sido desenvolvidas na Universidade e núcleos de pesquisa que tratam a questão da diversidade. Já temos esse cenário e o objetivo agora é fazer a difusão dessas pesquisas.

Cumpre-se salientar que, quando assumi o *USP Diversidade*, eu o trouxe para dentro do programa *Ciência e Debate* que passa na Rádio USP, da qual já está no ar desde 1 de junho. O programa tem o formato de entrevistas e músicas, e trás várias pesquisas temáticas, que não são só da USP, para que não fiquemos muito endógenos, e assim abordamos os mais diversos assuntos, não apenas o da diversidade étnica-racial e sexual. Por exemplo, recentemente entrevistamos um médico vegano que afirmava

ser preciso incluir o vegano nessa nossa sociedade carnívora. Enfim, o conceito de diversidade vai se ampliando e essa é a proposta do nosso programa.

Quanto aos dilemas entre ação e pesquisa, o *USP Diversidade* fica na práxis, não se propondo a ser um programa de ação. Por exemplo, na USP há diversos casos de violência de gênero e racial, e nós entendemos que o papel do nosso programa não é atuar diretamente em cada caso, mas estamos pensando junto com assistentes sociais, departamento jurídico, psicólogos, e segurança da USP, em criar um protocolo de ações, que não seria o de os participantes do *USP Diversidade* acompanharem a vítima até a delegacia, ainda que estejam sensibilizados, mas sim desenvolver um protocolo da qual atribua a essa vítima os serviços de uma assistente social, de um psicólogo, e/ou de um departamento jurídico para atendê-la.

Além de enfatizar as pesquisas e estudos, difundir e atuar na práxis, acreditamos que uma palavra-chave para construir nosso trabalho seja a polissemia, isto é, procurar ouvir muitas vozes, ou melhor possibilitar que muitas vozes estejam presentes. Sugiro que vocês ouçam o programa *Diversidade em Ciência* para que vocês entendam as diferentes pesquisas que vêm sendo desenvolvidas em diversidade. Faremos muito uso da Comunicação, então vocês verão nossas ações e reflexões sendo divulgadas dentro e fora da Universidade.

ANNA MARIA CHIESA coordenadora do programa *USP Legal* do Núcleo dos Direitos e docente da Escola de Enfermagem da USP (EE-USP)

O programa *USP Legal* teve início numa perspectiva bem delimitada que foi a de trabalhar acessibilidade física. Em um primeiro momento ele constitui um corpo de conhecimentos e práticas para avançar no sentido de assegurar a participação e a vida acadêmica de alunos, trabalhadores e docentes que tenham alguma deficiência física. Uma das frentes do *programa* é o espaço acessível que mapeia e analisa os ambientes, documenta e registra avanços implementados pelas unidades e subsidia os responsáveis pelas unidades e pelos espaços para atender, viabilizar a legislação vigente para tornar estes espaços acessíveis.

Pode-se considerar o programa *USP Legal* como uma instância da Universidade que deve ter em mente quatro elementos essenciais. A primeira questão é a de vocalizar demandas específicas de segmentos que estão na vida universitária, superar a questão de acessibilidade para inclusão, sendo que a acessibilidade tem uma dimensão mais física e operacional, contudo, a inclusão tem uma dimensão que não pode ser construída só pelo *USP Legal*, é neste momento que necessitamos de parcerias com outros programas como o *USP Diversidade*, precisamos construir uma cultura de inclusão. A segunda questão essencial do *programa* é mediar, ou seja, construir processos de mediação, escuta, reflexão e de busca do conhecimento científico nas diferentes áreas para instituir processos para transformar realidades no sentido de avançar nessa inclusão pretendida. A mediação esta diretamente ligada com a articulação de vários setores da universidade como a Pró-reitora de Cultura e Extensão, a SAS etc. A terceira questão se trata do conceito norteador do *programa* que é a transparência

e a disseminação dos processos desenvolvidos, dado que é necessário trabalhar com a identificação das demandas e a viabilidade de resolver problemas no sentido da incorporação da cultura da inclusão e no sentido de disseminar essas experiências para que elas não fiquem restritas ao *Núcleo dos Direitos*. O programa deve apoiar quem vai operar as mudanças. A quarta questão é o desafio do *USP Legal* em realizar captação permanente de demandas em relação ao ensino e trabalho para torná-los acessíveis, pelo fato de existir dados muito precários em relação ao trabalho. Em relação ao ensino, os alunos de graduação preenchem, no ano da matrícula, um formulário onde declaram algum tipo de barreira ou deficiência. O dado atual é de 184 alunos que se declaram ou se perceberam com algum tipo de deficiência, dentro destes dados: 15% são deficientes auditivos, 30% representam os deficientes físicos, 10% visual, 5% múltiplas deficiências e 40% outras deficiências (dentro destas outras, teremos os transtornos emocionais, relacionais, déficit cognitivo etc.). Esse é um desafio que precisamos avançar com novas tecnologias para intervir, pois isso também é um reflexo de outros processos de inclusão na educação básica como ensino fundamental e médio. É o momento de construir e dar respostas para um fenômeno que é muito mais complexo do que a necessidade de usar uma cadeira de rodas, por exemplo, que é muito mais objetiva. Isso mostra um pouco o desafio da complexidade e da construção de uma cultura inclusão para reconhecer a demanda do outro e como poderemos construir uma relação solidária, cooperativa e como construir outros valores de convivência que inclui a presença de sujeitos diferentes.

Diante desse panorama, estamos projetando para 2016 retomar a temática da Primeira Infância dentro do *Núcleo dos Direitos*, como uma temática que também tem a característica de ser uma resposta interdisciplinar para atender aos desafios e conhecimentos acumulados em diversos campos do conhecimento como Psicologia, Educação, Enfermagem, Medicina, Economia, Nutrição e da Pedagogia. Esse esforço visa a termos diferentes áreas do conhecimento com experiências concretas e exitosas de extensão, para poder colocar a universidade atuando, como diz um professor da London School, que coordenou a comissão de determinantes sociais da OMS: “todo país, para diminuir suas desigualdades sociais, deveria ter prioridade na primeira infância, que é um lugar que tem mais retorno social para se diminuir as desigualdades sociais como ponto de partida”. Essa é uma questão que está colocada, e eu penso que a USP poderia contribuir sobre quais ações teríamos para atender bebês da população encarcerada, por exemplo. Este poderia ser um desafio de como trabalhar vínculo entre mãe, pai e filho, que sabemos ser fundamental, se um deles está na prisão. Essas são questões que podem gerar pesquisas e nos ajudar a contribuir com a fundamentação de políticas públicas.

Por último, eu entendo o programa *USP Legal* como uma parte dentro do *Núcleo dos Direitos* para pensar em práticas inovadoras, experiências que possam dar retorno como programas de extensão, como resposta através de um serviço qualificado que sirva para o ensino e a pesquisa que tenha essa questão articulada do conhecimento. O *USP Legal* tem trabalhado com a visão de horizonte da igualdade considerando características específicas. Existe a necessidade de haver um processo, e essa é a ocupação do programa: construir processos, disseminá-los e atuar como uma energia

que circula na Universidade, visto que estamos tratando de sujeitos com uma demanda específica, com o ideal de que, no final, cada processo tenha pleno aproveitamento.

RUBENS BEÇAK coordenador do Núcleo dos Direitos da PRCEU-USP e docente da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto da USP (FDRP-USP)

Transcrição de encerramento

Eu queria agradecer a participação de todos neste extremamente profícuo, e prolífico debate, e realmente é com muita satisfação que encerramos aqui. Queria agradecer aos coordenadores, e os partícipes que estão aqui desde manhã (nessa hora, já com um pouco de cansaço). Gostaria de dizer a viva voz que foi muito importante a participação de todos os que foram convidados, e de todos que participaram (o Prof. Ricardo está aí até agora, a Profa. Lianna saiu há pouco). Quero ressaltar que isso não teria sido possível sem, não só a participação dos programas, dos coordenadores, vice-coordenadores, mas também sem a participação de nossa equipe técnica, da qual eu quero nominar aqui, e dessa forma, vou roubar um minutinho dos senhores só para nominar a participação dos nossos servidores, dos nossos estagiários e dos nossos monitores, que sem eles realmente isso não teria acontecido. Então, os nossos servidores: a Cléo Batista, a Heidi Oliveira, a Iara Braz, o Marcus Curtinaitis, o Paulo Dias, a Sandra Lara e a Bia Rocha, que está licenciada, mas participou do seminário ativamente; os estagiários: a Carolina Higa, a Muriel Marguno, a Hanna Evangelhista, o Paulo Henrique Marinho, o André Luiz Ramalho, a Juliana Camacho e a Marília Sosolote; e os monitores: a Leila Campos, o Leonardo de Brito, a Carolina Marins, o Bruno Zangueta, o Adriano Santin e o Renan Matos.

Realmente, sem essa equipe maravilhosa (cada um em um nível de dedicação condzente com a sua ligação com a Universidade), nós não teríamos conseguido realizar o *Seminário*, o qual eu espero que os senhores tenham aproveitado. E, para não esquecer, a nossa equipe da Pró-Reitoria de Cultura e Extensão: todos os servidores, os assessores, os assistentes e os funcionários, que, sem eles, esse feito teria sido impossível, e à equipe da IPTV. Então, que fique registrado isso tudo, e dou por encerrado o *Terceiro Seminário do Núcleo dos Direitos* da Universidade de São Paulo. Muito obrigado.